

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GABRIELLE REMEDI DE OLIVEIRA

**O NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E A
SEGURANÇA REGIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS
ADOTADAS NOS GOVERNOS LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)**

**Santana do Livramento
2024**

GABRIELLE REMEDI DE OLIVEIRA

**O NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E A
SEGURANÇA REGIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS
ADOTADAS NOS GOVERNOS LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vitoria
Schmidt

**Santana do Livramento
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

O48n Oliveira, Gabrielle Remedi de
O NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E
A SEGURANÇA REGIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS
ADOTADAS NOS GOVERNOS LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)
/ Gabrielle Remedi de Oliveira.
71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.
"Orientação: Rafael Vitoria Schmidt".

1. Narcotráfico. 2. Segurança Regional. 3. Tríplice
Fronteira Amazônica. I. Título.

GABRIELLE REMEDI DE OLIVEIRA

**O NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E A
SEGURANÇA REGIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS
ADOTADAS NOS GOVERNOS LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vitoria
Schmidt

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03/12/2024

Banca examinadora

Prof. Dr. Rafael Vitoria Schmidt
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Fabio Regio Bento
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Balardim
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho, com todo o meu amor e profunda gratidão, à Estela, ao Fernando e à dona Marilene.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Estela e Fernando, minhas fontes inesgotáveis de força, e aos quais eu serei infinitamente grata. Obrigada pelo apoio, pelo cuidado e compreensão sempre. Obrigada por confiarem em mim nos momentos em que mais precisei, tudo o que sou e conquistei devo a vocês. Obrigada pelo imenso amor e dedicação que sempre me ofereceram.

À minha avó, dona Marilene, alguém que me inspira muito pela incrível força e resiliência que tem. Vó, obrigada por ser meu porto seguro e por cuidar tão bem de mim, mesmo quando eu nem sabia que precisava. Obrigada pelo carinho, pelo amor incondicional e pelo companheirismo que sempre me ofereceu. Você é, e sempre será, uma das minhas maiores inspirações.

Aos meus amigos, especialmente aqueles que tive o prazer e a sorte de compartilhar essa jornada, minha mais profunda gratidão. Eduarda, Maria Victoria, Maria Roberia, Leticia, Thamires, João Vitor, Isabele, Ana Paola e Luiz Felipe, obrigada por cada momento compartilhado. Obrigada pelas risadas que transformaram os dias difíceis, pelas conversas, pelos desabafos e pelas experiências que levarei comigo para toda a vida. Sou imensamente grata por nossos caminhos terem se cruzado e por terem feito desses quatro anos algo muito mais leve. Vocês são um presente que carrego para sempre no coração.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Schmidt, por acreditar neste trabalho e por acreditar em mim. Agradeço profundamente pela paciência, compreensão e pela orientação durante essa jornada. Obrigada por cada ensinamento, não apenas nesta pesquisa, mas também por todos os aprendizados que certamente levarei para a vida. Você é um exemplo de profissional e de ser humano. Meus mais sinceros agradecimentos por todo o apoio.

Por fim, expresso a minha gratidão à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a cada servidor que contribui diariamente para essa instituição importantíssima. Em especial, agradeço aos docentes do curso de Relações Internacionais, os quais foram fundamentais para cada aprendizado. Obrigada por compartilharem seus conhecimentos e por me inspirarem ao longo dessa jornada acadêmica.

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender o narcotráfico na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru, analisando as políticas adotadas pelos governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022) em relação à segurança regional. A monografia utiliza como embasamento teórico conceitos, como: segurança, segurança regional, ameaça transnacional, políticas públicas, política nacional de segurança pública e política nacional de defesa. Inicialmente, apresenta-se a região estudada, explorando o impacto do narcotráfico. Em seguida, discutem-se as políticas implementadas pelos dois governos, destacando seus contrastes. Por fim, analisa-se como essas políticas influenciaram a segurança na tríplice fronteira. Observa-se que o governo Lula priorizou a cooperação regional, enquanto o governo Bolsonaro optou pela militarização, em detrimento da cooperação. Desse modo, a pesquisa irá analisar isso, buscando entender como essas diferentes políticas auxiliaram no enfrentamento ao narcotráfico na tríplice fronteira. Para isso, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, abordagem qualitativa, com base em pesquisas bibliográficas e documentais.

Palavras-chave: Narcotráfico; Brasil; Colômbia; Peru; Lula; Bolsonaro; Segurança regional.

ABSTRACT

This research seeks to understand drug trafficking in the Amazonian triple border between Brazil, Colombia, and Peru, analyzing the policies adopted by the Lula (2003-2010) and Bolsonaro (2019-2022) governments in relation to regional security. The monograph uses as its theoretical basis concepts such as: security, regional security, transnational threat, public policies, national public security policy, and national defense policy. Initially, the region studied is presented, exploring the impact of drug trafficking. Then, the policies implemented by the two governments are discussed, highlighting their contrasts. Finally, it analyzes how these policies influenced security in the triple border. It is observed that the Lula government prioritized regional cooperation, while the Bolsonaro government opted for militarization, to the detriment of cooperation. Thus, the research will analyze this, seeking to understand how these different policies helped to combat drug trafficking in the triple border. For this purpose, the hypothetical-deductive method was used, a qualitative approach, based on bibliographic and documentary research.

Keywords: Drug trafficking; Brazil; Colombia; Peru; Lula; Bolsonaro; Regional security.

LISTA DE MAPAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1 - Localização da Tríplice Fronteira | 23 |
| Mapa 2 - Municípios controlados e sob disputa das facções na Amazônia Legal | 32 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Ameaças em comum enfrentadas por Brasil, Colômbia e Peru | 26 |
| Tabela 2 - Comparação das políticas de combate ao narcotráfico na Tríplice Fronteira durante os governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022) | 53 |
| Tabela 3 - Taxas de homicídio na cidade de Tabatinga - AM durante os governos Lula e Bolsonaro | 59 |

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
AM - Amazonas
CCA - Comando Classe A
CV - Comando Vermelho
DANE - Departamento Administrativo Nacional de Estadística
END - Estratégia Nacional de Defesa
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FDN - Família do Norte
FEFRON - Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MVI - Mortes Violentas Intencionais
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PCC - Primeiro Comando da Capital
PCN - Projeto Calha Norte
PEB - Política Externa Brasileira
PEF - Plano Estratégico de Fronteiras
PF - Polícia Federal
PLANAD - Plano Nacional de Políticas sobre Drogas
PNaSP - Política Nacional de Segurança Pública
PND - Política Nacional de Defesa
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PT - Partido dos Trabalhadores
RDA - Revolucionários do Amazonas
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VANT - Veículos Aéreos Não Tripulados
VIGIA - Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 O NARCOTRÁFICO E A TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, COLÔMBIA E PERU... 18 | |
| 2.1 O narcotráfico na Amazônia..... | 19 |
| 2.2 A Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru..... | 22 |
| 2.3 O narcotráfico na Tríplice Fronteira Amazônica: origens e evolução..... | 27 |
| 2.4 O narcotráfico e as suas implicações para a segurança na Tríplice Fronteira... 31 | |
| 3 AS POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU: GOVERNOS LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)..... | 35 |
| 3.1 Segurança e Defesa do Brasil no Governo Lula: Prioridades e Políticas..... | 37 |
| 3.1.1 Memorandos de Entendimento..... | 40 |
| 3.1.2 Operação COBRA e Operação COLBRA..... | 43 |
| 3.1.3 União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas..... | 43 |
| 3.1.4 Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (FEFRON)..... | 44 |
| 3.2 Segurança e Defesa do Brasil no Governo Bolsonaro (2019-2022): Prioridades e Políticas..... | 44 |
| 3.2.1 Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA - Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade e Autonomia) e Operação Hórus..... | 47 |
| 3.2.2 Operações..... | 48 |
| 3.3 Considerações parciais..... | 49 |
| 4 ANÁLISE COMPARATIVA: GOVERNO LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)..... | 52 |
| 4.1 Políticas de combate ao narcotráfico na tríplice fronteira..... | 53 |
| 4.2 Segurança regional..... | 57 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| REFERÊNCIAS..... | 65 |

1 INTRODUÇÃO

O narcotráfico refere-se a produção, comercialização e distribuição, de maneira ilegal, de substâncias ilícitas, que são conhecidas pela maior parte da população como “drogas ilícitas”. Em 2016, de acordo com o relatório publicado pelo Escritório das Nações Unidas Sobre Crime Global (UNODC, 2016), o Brasil era o segundo maior mercado consumidor de coca do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, e ultrapassando a Europa. Nesse ponto destacam-se as facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Família do Norte (FDN) que vêm se expandindo e elaborando estratégias de maiores garantias (Couto, 2019). Estas facções são consideradas a base do narcotráfico, que está intrinsecamente ligado às suas organizações. Nesse sentido, essas bases se articulam em determinadas cidades e regiões, que são locais onde se estabelecem zonas importantes para a atuação dessas facções.

Diante disso, destaca-se a Amazônia como uma importante zona de estruturação do narcotráfico. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a sua localização geográfica favorece a entrada de substâncias que têm como destino a Europa e a África, devido às suas fronteiras, logo a região configura-se como uma rota estratégica. Nesse ponto, destaca-se a fronteira Brasil, Colômbia e Peru, já que de acordo com a UNODC (2023), os maiores produtores de cocaína seguem sendo a Colômbia, disparado com 61%, e o Peru, que vem logo em seguida, com 26%. Desse modo, o Brasil vem sofrendo os impactos desses números, principalmente a população da cidade de Tabatinga, no Amazonas, que vem tendo a sua segurança afetada. Além disso, é um local favorável à expansão das facções criminosas, citadas anteriormente, as quais disputam o controle das rotas do tráfico de drogas, neste ponto pode-se citar como exemplo a rota do rio Solimões, disputada pelo CV e pela FN (Prazeres, 2018).

No relatório apresentado pela UNODC (2023), destaca-se a preocupação com as populações de baixa renda e vulneráveis, citando o exemplo da trílice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, que as populações estão presas em zonas rurais onde existe um alto índice de crimes associados às substâncias ilícitas. Sendo assim, é dificultado o fornecimento de serviços básicos, recursos e segurança a essas populações. Dessa maneira, o narcotráfico está profundamente ligado à segurança regional.

A tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru é onde convergem as cidades de Tabatinga (Brasil), Leticia (Colômbia) e Santa Rosa de Yavari (Peru). Esta região possui como características: posicionamento periférico e muito distante do poder central dos seus respectivos países, baixa densidade demográfica, população desprovida de necessidades básicas e baixa presença estatal (Paiva, 2019). Assim, foi desenvolvida na região uma relação social e econômica muito complexa. De acordo com Luiz Fábio Paiva (2019), a partir da década de 1970, há o início do crescimento do mercado de cocaína na fronteira, logo há um desenvolvimento da economia procedente do tráfico de drogas, que ganha significativa importância na região. A partir disso, considerando o fato de Peru e Colômbia terem se tornado os maiores produtores de cocaína do mundo, a região tornou-se estratégica para o narcotráfico, aumentando os desafios relacionados à segurança, principalmente em áreas rurais e fronteiriças.

Dessa maneira, visando enfrentar essa questão, os governos Lula e Bolsonaro utilizaram abordagens diferentes para a região. Durante o governo Lula, houve maior enfoque na cooperação internacional, marcada por várias visitas à fronteira norte, e na segurança regional, muito por conta de estar inserido num contexto onde a política externa colombiana também privilegiava isto (Niño, 2013). Enquanto no governo Bolsonaro foi utilizada uma abordagem mais militarizada, através de operações de segurança e repressão mais intensas, foi adotada uma postura rígida e houve um aumento do controle estatal e da presença militar na região (Machado, 2023).

Esta pesquisa irá analisar o narcotráfico na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, observando os seus impactos na segurança da região, e a partir disso serão exploradas as políticas adotadas nos governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022) de modo comparativo a fim de elaborar um estudo acerca destas e seus impactos para a segurança da população daquela região.

O narcotráfico tem se consolidado como um tema significativamente relevante, considerando, como citado anteriormente, a expansão das atividades das organizações criminosas, que impactam diversos setores do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, entende-se esse tema como relevante no âmbito das Relações Internacionais pois trata-se de um assunto que muitas vezes não recebe a devida atenção, até mesmo por parte das autoridades, e que tem impacto em diversas outras áreas além da segurança. Desse modo, é importante que sejam

elaboradas mais pesquisas que coloquem em pauta a rápida expansão e crescimento do narcotráfico na região, mostrando seus efeitos. Além disso, entende-se que a fronteira Brasil-Colômbia-Peru é uma região pertinente para o estudo das Relações Internacionais pela sua importância estratégica devido à sua localização geográfica. Ela serve como um ponto de convergência para o narcotráfico, além de outras atividades ilegais, impactando a segurança regional e internacional. Por fim, considera-se importante comparar o governo Lula (2003-2010) e o governo Bolsonaro (2019-2022) pelas diferentes abordagens utilizadas em relação ao narcotráfico e à segurança regional. Essa análise possibilita compreensões sobre como diferentes visões políticas podem influenciar a abordagem de questões de segurança.

Assim, a pesquisa foi dividida em três capítulos e estruturada da seguinte maneira: o primeiro capítulo tratará do contexto histórico e geral do narcotráfico na tríplice fronteira amazônica; o segundo apresentará as políticas utilizadas pelo governo Lula e o governo Bolsonaro para combater o narcotráfico na região; por fim, o último capítulo será focado na análise das estratégias adotadas pelos dois governos e irá relacionar isso a segurança da região.

Através disso, busca-se atingir o objetivo geral da pesquisa que é analisar e entender o narcotráfico na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru e suas implicações para a segurança regional, utilizando como base um estudo comparativo das políticas adotadas pelo governo Lula e pelo governo Bolsonaro. Todavia, para cumprir o objetivo geral, a monografia necessita alcançar os objetivos específicos, que são: identificar as características do narcotráfico na região do trapézio amazônico, bem como suas origens e os principais atores envolvidos; avaliar as políticas implementadas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, destacando seus contrastes; e, analisar comparativamente o impacto das políticas adotadas por esses governos na segurança regional.

No que concerne ao problema de pesquisa, a monografia buscará entender de que maneira as políticas adotadas pelos governos Lula e Bolsonaro contribuíram para o enfrentamento ao narcotráfico na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. A hipótese considerada é de que os dois governos atuaram de maneira distintas para enfrentar o narcotráfico. O governo Lula utilizou como mecanismos para o enfrentamento a cooperação com os países da fronteira, abordagens socioeconômicas e elaboração de políticas de segurança para a região. Enquanto o

governo Bolsonaro utilizou como abordagens a militarização e a repressão ao narcotráfico, intensificando a atuação das forças policiais na região.

No que diz respeito ao embasamento teórico do trabalho, serão utilizados conceitos relacionados ao tema, como segurança, segurança regional, ameaças transnacionais, políticas públicas, políticas nacionais de segurança pública, políticas nacionais de defesa e política externa como política pública. Cabe apresentar os conceitos, de maneira sucinta, para melhor compreensão da pesquisa.

Barry Buzan entende segurança como sobrevivência frente a ameaças reais, que podem ir além do Estado, e define região, no âmbito da segurança, como um subsistema de interações entre Estados, influenciado por proximidade geográfica e relações de amizade ou inimizade. Assim, a segurança regional é moldada por alianças e conflitos entre Estados.

As ameaças transnacionais, como o narcotráfico, são desafios globais que afetam as soberanias nacionais. Segundo Couto (2020), o crime organizado utiliza capitais gerados por atividades ilícitas para se institucionalizar, enquanto Haesbaert e Gonçalves (2005) destacam o caráter globalizado do tráfico de drogas, que opera em escala global, mas depende das legislações locais e fronteiras nacionais.

Políticas públicas, conforme Dye (1984), abrangem as ações ou inações do governo. A Política Nacional de Segurança Pública (PNaSP) integra ações das três esferas governamentais para combater crimes transfronteiriços e compartilhar informações de segurança. Já a Política Nacional de Defesa (PND, 2015) foca em ameaças externas, incluindo o narcotráfico, promovendo medidas de enfrentamento coordenadas. Ambos os documentos refletem a relevância da segurança pública e defesa no combate ao crime organizado.

No Brasil, o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad) busca equilibrar a redução da oferta e da demanda de drogas, com forças de segurança focadas no combate ao narcotráfico e outras iniciativas voltadas ao acolhimento de dependentes. Essas políticas mostram o compromisso em enfrentar os desafios transnacionais, especialmente na Amazônia, região crucial para a segurança nacional (Brasil, 2022).

Paralelamente, Milani e Pinheiro (2013) ampliam a compreensão das políticas públicas ao integrar a política externa a esse campo. Para os autores, a política externa, além de projetar poder internacional, deve atender a demandas internas,

envolvendo a sociedade civil e o setor privado em processos de formulação, implementação e avaliação.

A pesquisa será elaborada a partir de uma abordagem qualitativa, buscando compreender e explicar o tema a ser investigado. O trabalho não irá preocupar-se, de maneira principal, com o aspecto numérico para o entendimento do assunto, mas irá focar em descrevê-lo, explicá-lo e compreendê-lo, assim como foi exposto por Gerhardt e Silveira (2009).

Além disso, a pesquisa é de natureza aplicada, visto que apesar de envolver aspectos teóricos e análises conceituais sobre o narcotráfico e suas dinâmicas no trapézio amazônico, o foco principal é comparar as políticas adotadas pelos dois governos e avaliar seu impacto na segurança regional, buscando entendê-las para enfrentar um problema real e oferecer insights para aprimorar a eficácia dessas políticas no futuro.

O trabalho caracteriza-se, de maneira predominante, por ser explicativo, buscando identificar elementos que possam explicar o narcotráfico na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, a questão da segurança na região, assim como os resultados das políticas adotadas por ambos governos e como isso contribui para a compreensão do assunto.

Como já referido anteriormente, o trabalho irá utilizar o método hipotético-dedutivo para alcançar os objetivos propostos, no qual o trabalho será conduzido com o objetivo de testar a hipótese previamente formulada, buscando alcançar uma compreensão mais próxima da realidade dos fatos, ainda que de forma parcial e limitada (Gil, 2008).

Desse modo, será elaborado um estudo de caso comparativo entre os governos Lula e Bolsonaro para que seja possível entender como as suas diferentes abordagens impactaram na região. Quanto aos procedimentos utilizados para a estruturação do trabalho destaca-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa se dará através de um levantamento bibliográfico, através de leituras de livros, artigos e trabalhos científicos, e coleta documental, como documentos estatais, para melhor compreensão do assunto em questão.

2 O NARCOTRÁFICO E A TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, COLÔMBIA E PERU

O narcotráfico tem desempenhado um papel preocupante e relevante nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. O presente capítulo irá discorrer acerca do narcotráfico na Tríplice Fronteira, evidenciando suas origens, características e impactos na segurança da região.

Desse modo, inicialmente será abordado, em linhas gerais, o narcotráfico na região amazônica, explorando as suas características e os fatores que fazem da região, como um todo, uma rota tão importante para a execução das atividades ilegais. Em seguida, será apresentada a Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru, trazendo suas principais características. Logo, será desenvolvido sobre o narcotráfico na Tríplice Fronteira, mostrando as suas origens e como a atividade foi evoluindo durante a década de 1980 e 1990. Por fim, será analisado como o narcotráfico tem impactado a segurança da região, destacando a violência e a instabilidade.

Ao longo deste capítulo, será demonstrado como o narcotráfico se enraizou na Tríplice Fronteira, transformando-a em um centro de atividades criminosas que impactam profundamente as sociedades que ali se encontram e desafiam as autoridades dos três países.

A compreensão desta parte é essencial para o desenvolvimento da pesquisa e para o entendimento da relação entre o narcotráfico e a segurança regional. Para isso, o capítulo terá como referencial teórico o conceito de ameaças transnacionais.

No cenário contemporâneo, as ameaças transnacionais têm ganhado destaque, levando os Estados a se confrontarem e promoverem tensões. De acordo com Couto (2020), essas ameaças muitas vezes resultam em políticas de fechamento e controle de fronteiras, o que contradiz o processo de globalização. Entre as ameaças transnacionais do século XXI, destacam-se o terrorismo, o tráfico de órgãos e pessoas, o contrabando de armas e o narcotráfico:

O crime global tornou-se essa ameaça transnacional, sobretudo, devido o grande volume de capital gerado pelo seu comércio e que se institucionaliza através de paraísos fiscais e sistemas de corrupção presentes nas estruturas sociopolíticas de alguns países, atribuindo assim, um caráter institucional para o crime organizado (Couto, 2020, p.4).

Segundo Couto (2020), a ameaça transnacional do narcotráfico configura-se como um “inimigo invisível” que põe em risco a soberania estatal. Havendo o fortalecimento das organizações criminosas, as atividades ilegais ampliam sua escala em nível local, nacional e internacional.

O comércio de drogas ilícitas tem caráter de atividade transnacional, opera em escala global, mas seus lucros dependem da localização geográfica dos lugares de produção e de consumo, da existência de fronteiras nacionais e da legislação de cada estado nacional (Haesbaert; Gonçalves, 2005, p. 64).

2.1 O NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA

A Amazônia abriga uma bacia hidrográfica que se estende além das fronteiras do Brasil. Com um ambiente caracterizado por áreas de baixa densidade populacional, uma floresta densa e uma extensa rede de rios, contém particularidades que são exploradas pelos narcotraficantes. Sob a perspectiva do Estado, manter o controle sobre a região é um desafio bastante significativo, já que tais condições facilitam o contrabando de mercadorias, a biopirataria e o tráfico de drogas (Couto, 2020).

A região amazônica é produtora dos três principais psicoativos ilícitos de base natural das Américas: maconha, heroína e cocaína. Entre esses, a cocaína é o psicoativo mais significativo não apenas para a Amazônia Continental, mas também para toda a América do Sul e outras regiões periféricas que desempenham um papel proeminente na produção e distribuição internacional de cultivos e produtos relacionados ao tráfico de drogas. Esses países são importantes fornecedores de drogas para os mercados das nações desenvolvidas (Santana, 1999).

Assim, a produção de drogas na Amazônia não alimenta somente o mercado interno, mas sustenta redes de tráfico internacional. A cocaína, em particular, é um produto de exportação crucial para os países Andinos¹, principalmente Colômbia, Peru e Bolívia, tendo em vista que estes são os maiores produtores de cocaína, e a sua passagem através da Amazônia brasileira destaca-se como uma rota estratégica. Isso não só aumenta a vulnerabilidade da região e a influência do crime

¹ Os países andinos são aqueles que são atravessados pela Cordilheira dos Andes, como Colômbia, Equador, Chile, Bolívia, Peru e Venezuela

organizado transnacional, mas também intensifica os desafios para a repressão ao narcotráfico.

Havendo a necessidade de ampliar e estender a sua atuação, as redes ilegais de narcotraficantes elaboram e executam estratégias para a produção, distribuição e consumo de drogas. Nesse sentido, e junto às características citadas anteriormente, está a importância geográfica da Amazônia brasileira para o comércio internacional de drogas.

A Amazônia vê no Brasil uma crucial rota estratégica, onde os rios da região são frequentemente utilizados por embarcações que carregam cocaína, pronta para consumo ou processamento. Nisso, destaca-se mais uma vez a relevância da vasta floresta latifoliada, densa e de difícil acesso no processo, aliada a uma população que enfrenta desigualdades sociais, expropriação e ausência do Estado, que faz com que o controle rigoroso da entrada de drogas na Amazônia seja um grande desafio. Além disso, os vazios demográficos ao longo das fronteiras amazônicas, especialmente próximo aos principais produtores de coca, facilitam a atuação dos grupos narcotraficantes. Lá eles realizam as suas atividades ilegais e aproveitam-se da população ribeirinha pobre nas redes de tráfico, mostrando-se como uma oportunidade. Assim, parte da população vira intermediária nas operações, contribuindo para a execução, consolidação e integrando-se ao sistema ilegal (Couto; Oliveira, 2017).

O narcotráfico opera dentro de um sistema territorial em rede que envolve diferentes nacionalidades conectadas, interagindo para facilitar o fluxo de grandes quantidades de cocaína no mercado regional e global. Essa dinâmica fortalece a presença do crime organizado na Amazônia. Assim, os altos índices de criminalidade e a falta de capacidade dos Estados vizinhos de reprimir os crimes transnacionais, como o tráfico de armas, pessoas e drogas, constituem as principais ameaças à segurança regional. Essas ameaças são mais preocupantes do que a possibilidade de grandes conflitos entre Estados (Andrade; Camargo. 2018).

De acordo com Machado (2003), as redes ilegais ocupam diversos locais, mas não são definidas por eles; cada local possui a mesma importância para a organização do espaço de fluxos, que permite a comunidade ilegal dispersa de controlar o sistema. Isso evidencia os interesses geopolíticos das grandes potências em associar uma atividade que claramente atua em uma rede transnacional a um lugar geográfico específico. Nesse sentido, Couto e Oliveira (2017), ressaltam as

idades gêmeas na faixa de fronteira, a exemplo de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), como locais que destacam-se no tráfico internacional de drogas e por isso despertam atenção da mídia. Entretanto, mesmo recebendo tanta atenção, os narcotraficantes ainda utilizam a mesma rota, que acontece desde o estado do Amazonas, para realizar as suas operações ilegais.

A maior relevância da Amazônia brasileira para o narcotráfico internacional, está nas suas fronteiras com os países Andinos (Peru, Bolívia e Colômbia). Através da região estabelecem-se rotas de cocaína e *skunk*, por isso a cooperação com os países da pan-Amazônia é vista como algo tão importante para a segurança regional dos países que ali fazem-se presentes.

No Brasil, a questão do narcotráfico preocupa e se coloca como algo desafiador para o Estado, já que os relatórios do UNODC vêm indicando um crescimento no consumo de cocaína no país (Couto, 2024). Essa tendência não apenas ressalta a urgência de estratégias de repressão e controle, mas também destaca a complexidade do combate ao tráfico de drogas em um contexto nacional e internacional.

Couto (2020), destaca que atualmente é evidente que diversas atividades ilegais, como contrabando, biopirataria e tráfico de drogas e pessoas, utilizam uma rede integrada de conexões. Esses diferentes fluxos atravessam fronteiras, conferindo à Amazônia brasileira uma relevância global na economia do crime. No contexto do narcotráfico, novas formas de transporte de drogas surgem em resposta à dinâmica entre produção e consumo.

De certa forma, essa situação é favorecida pela localização geográfica e pela conectividade existente entre organizações criminosas sudestinas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo e o Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro, com cartéis colombianos e facções criminosas da Bolívia, do Peru e da Venezuela. As redes do narcotráfico operam como uma espécie de empresa criminal multinacional, com mecanismos e estruturas de poder bem consolidadas, com atores que exercem funções bem definidas e com espaços de atuação delimitados, obedecendo a comandos hierárquicos. Também atuam na Amazônia facções locais e regionais como a Família do Norte (FDN), Os Crias e o Cartel do Norte, do Amazonas, Comando Classe A (CCA), Primeira Guerrilha do Norte (PGN) e Bonde 157, do Pará, entre outros grupos distribuídos pelos estados da região (Couto, 2024, p.73).

De fato, o narcotráfico é um dos mais importantes desafios enfrentados pela Amazônia colombiana, boliviana, peruana, também pela Amazônia venezuelana, equatoriana e pela Amazônia brasileira. O Brasil configura-se como um importante

circuito global das redes, principalmente no que diz respeito à extensão de fronteira com os países Andinos, pois ali é um local de destaque para a entrada de drogas ilícitas. Assim, é criado um quadro de conflitos na região que torna-se um grande desafio para o governo nacional. Em vista disso, a questão é uma ameaça para a defesa do território. São novas atividades territoriais em rede na Amazônia que acabam não respeitando os limites fronteiriços e cujas relações não se referem apenas às fronteiras brasileiras.

Dessa maneira,

O uso da Amazônia pelas redes do narcotráfico – que impuseram à região uma condição de espaço privilegiado para conexões do crime organizado – transformou-a num complexo entreposto comercial, que vem gerando pressões sobre a floresta, sobre os povos indígenas, povos quilombolas e comunidades locais. A conexão entre o narcotráfico e as várias atividades ilegais, sobretudo as relacionadas aos crimes ambientais, constitui-se, nesse sentido, uma grave ameaça não apenas à soberania do Estado sobre o seu território, mas também uma ameaça à cultura dos povos da Amazônia e à sua biodiversidade (Couto, 2024, p. 75).

2.2 A TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU

É de extrema importância apresentar a região a qual configura-se como o centro da pesquisa. A tríplice fronteira é assim denominada pois compreende a fronteira de três países amazônicos: Brasil, Colômbia e Peru. Enquanto o termo trapézio amazônico, é definido por Chaumeil (2010) como um faixa estreita de terra, em forma de trapézio, que liga o extremo sul da Colômbia à Amazônia. Porém, na literatura, os dois termos possuem o mesmo significado.

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, corresponde a região de fronteira que abrange as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), sendo que a cidade brasileira e a cidade colombiana são consideradas as maiores cidades do Trapézio Amazônico.

Mapa 1 - Localização da Tríplice Fronteira



Fonte: Silva (2022).

Santa Rosa é uma pequena ilha localizada no rio Solimões, no distrito de Yavari, província de Ramón Castilha, dentro do departamento de Loreto. A ilha liga o Peru aos municípios de Tabatinga e Leticia, constituindo a tríplice fronteira. Estabelecida em 1974, Santa Rosa possui cerca de quatro mil habitantes. Neste local, encontra-se a segunda maior reserva indígena do Brasil e uma das maiores das Américas (Lacerda, 2019).

Leticia, a capital do departamento do Amazonas, na Colômbia, faz fronteira terrestre com a cidade brasileira de Tabatinga. A separação entre Brasil e Colômbia é marcada apenas por uma rua, que define o limite jurídico e político entre os países. O trânsito entre as duas localidades é livre, com raras intervenções de vigilância e segurança pública realizadas pelos órgãos competentes. Mesmo com a sua distância em relação a outras cidades importantes da Colômbia, a cidade configura-se como um porto fluvial estratégico para o comércio com o Brasil e o Peru (Lacerda, 2019). De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE, 2018), Leticia possui cerca de 42.844 habitantes, compondo 60% da população do Departamento do Amazonas Colombiano.

Já a representação brasileira na tríplice fronteira é feita pelo município de Tabatinga, que conta com cerca de 66.764 habitantes (IBGE, 2022). Tabatinga tem sua economia local representada pelo funcionalismo público e pelos pequenos comerciantes e agricultores. Além disso, a cidade localiza-se a 1.106 km da capital Manaus.

No que diz respeito à infraestrutura aeroportuária, Letícia é mais desenvolvida, oferecendo voos locais e internacionais, enquanto Tabatinga recebe voos locais e nacionais. O porto fluvial de Tabatinga, que movimenta cargas e passageiros, possui uma infraestrutura superior à de Letícia, que se limita a conexões fluviais regionais. Santa Rosa, sendo um pequeno povoado amazônico, possui infraestrutura limitada, sem aeroporto, contando apenas com um atracadouro para barcos. Há uma interdependência entre as cidades fronteiriças de Letícia e Tabatinga devido à proximidade física, aos desafios comuns e à distância dos governos regionais e centrais. Essa condição tem facilitado a integração formal e informal entre elas (Andrade; Granziera, 2021).

Santa Rosa, localizada em frente às duas cidades gêmeas, mantém principalmente uma relação de vizinhança com elas, embora haja interação e cooperação com os países vizinhos. Isso se deve possivelmente ao fato de Santa Rosa ter uma população menor e estar a poucos minutos de barco das duas cidades maiores, situando-se na margem oposta do rio Solimões (Andrade; Granziera, 2021).

As três cidades que compõem a tríplice fronteira amazônica possuem problemas em comum.

Estas cidades – e a região do Trapézio Amazônico como um todo – acabam por apresentar como características: posicionamento periférico e distanciamento em relação ao poder central de seus países, baixa densidade populacional, população carente de necessidades básicas e ausência do Estado. Desse modo, acabaram por desenvolver ao longo dos anos, uma relação estreita e complementar, de processos sociais e econômicos (Balieiro; Nascimento, 2015, p. 88).

Segundo Zárte (2012, p.11, tradução nossa), as cidades que fazem parte de duas ou tríplice fronteiras amazônicas “são locais privilegiados, ainda que pouco aproveitados, para obter conhecimento sobre as realidades complexas das nossas

fronteiras”.² Esses locais oferecem uma oportunidade única para entender as dinâmicas e desafios específicos das regiões de fronteira, mas ainda são pouco utilizados em termos de pesquisa e políticas públicas.

Por estarem isoladas geograficamente, as cidades da tríplice fronteira compartilham informações acerca de práticas ilegais, ato que também é motivado pela falta de ação das autoridades. De acordo com Albuquerque e Paiva (2015), a população que reside na região conhece uns aos outros em razão das atividades legais e ilegais que realizam nos seus territórios e nos vizinhos. Os autores acrescentam que mesmo com a presença do Estado, a fronteira é atravessada e permeada por diversas legislações nacionais e regionais que na maioria das vezes não são rigidamente cumpridas, o que ocasiona o compartilhamento de práticas ilegais (Albuquerque; Paiva, 2015).

As práticas ilegais desencadeiam desafios de segurança pública que preocupam a população e necessitam de atenção e enfrentamento por parte das autoridades:

Sobre a questão da segurança pública, houve unanimidade entre os grupos entrevistados de que a situação da fronteira não é boa, principalmente nos territórios brasileiros e peruanos. Afirmam melhor controle a partir do início do trabalho da Força Nacional no território brasileiro. Mostra-se, também, referente aos relatos brasileiros, uma desconfiança sobre a Polícia Militar local e um senso comum de inoperância das Forças Armadas frente à temática da segurança pública. A população colombiana, por sua vez, mostrou-se bem mais a contento com a atuação de suas forças de segurança, mostrando respeito e confiança no trabalho da Polícia Nacional (Lacerda, 2015, p. 47).

A percepção diferenciada da segurança pública entre brasileiros e colombianos evidencia uma disparidade na eficácia das forças de segurança de cada país. Isso indica o quão necessário é uma maior cooperação entre os três países, focando na troca de informações e estratégias eficazes para combater o crime organizado na região.

Ainda de acordo com Lacerda (2015), existe a contradição da fronteira caracterizar-se como uma região hiper militarizada mas que possui altos índices de criminalidade. Deve-se ressaltar que a violência na fronteira geralmente ocorre em grupos específicos da população, nisso destaca-se os narcotraficantes e os

² Texto original: “*son sitios privilegiados aunque muy poco aprovechados para obtener conocimiento sobre las complejas realidades de nuestras fronteras*” (Zárate, 2012, p.11).

criminosos passionais, por exemplo raramente são reportadas mortes resultantes de assalto ou furto (Lacerda, 2015).

A presença massiva de forças militares na região não tem sido suficiente para controlar a criminalidade, o que mostra a necessidade de revisão das estratégias de segurança adotadas. Focar apenas em soluções militares não traz eficiência, é necessário incluir abordagens sócio-econômicas que atinjam as raízes do problema, como a desigualdade social e a falta de oportunidades.

A tabela abaixo destaca as ameaças em comum enfrentadas pelos três países que compõem a tríplice fronteira amazônica:

Tabela 1 - Ameaças em comum enfrentadas por Brasil, Colômbia e Peru

| Ameaças | Brasil | Colômbia | Peru |
|---------------------------------------------------|---------------|-----------------|-------------|
| Terrorismo | X | X | X |
| ADM | X | X | X |
| Crime Organizado | X | X | X |
| Interferência Externa | X | X | X |
| Ações contrárias à Soberania Nacional | X | X | X |
| Corrupção | X | X | X |
| Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito | X | X | X |
| Crimes transfronteiriços | X | X | X |
| Crimes ambientais | X | X | X |

Fonte: Ferreira; Cabral; Franchi (2017).

Com a tabela acima é possível perceber que entre as ameaças em comum enfrentadas por Brasil-Colômbia-Peru, muitas estão relacionadas ao narcotráfico, como o crime organizado, corrupção, crimes transfronteiriços e crimes ambientais. O crime organizado, presente nos três países, é uma das principais ferramentas do

narcotráfico, facilitando a produção, distribuição e comercialização de substâncias ilícitas.

A corrupção, mencionada para Brasil e Colômbia, desempenha um papel fundamental ao permitir que atividades ilícitas prosperem, corrompendo autoridades e comprometendo a integridade das instituições. Os crimes transfronteiriços refletem a natureza internacional do narcotráfico, que frequentemente cruza as fronteiras entre Brasil, Colômbia e Peru, dificultando o combate isolado por cada país.

Os crimes ambientais também estão ligados ao narcotráfico, uma vez que a produção de drogas, como a cocaína, frequentemente leva ao desmatamento ilegal e a degradação ambiental, especialmente nas áreas de floresta tropical presentes nesses países.

Portanto, a tabela demonstra que as ameaças enfrentadas por Brasil, Colômbia e Peru estão fortemente interligadas pelo narcotráfico, que se aproveita de fatores como corrupção, crime organizado, e a facilidade de realizar operações criminosas através das fronteiras. Essa situação reforça a necessidade de uma ação dos governos dos três países, assim como uma colaboração entre eles para que seja possível enfrentar as ameaças comuns. Além disso, a segurança regional é diretamente impactada por essas ameaças, pois a instabilidade gerada pelo narcotráfico e crimes relacionados compromete a segurança e o bem-estar das populações locais. A coordenação das políticas de segurança entre Brasil, Colômbia e Peru, portanto, é essencial não apenas para combater essas ameaças internas, mas também para promover e assegurar uma região mais segura e estável.

2.3 O NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA: ORIGENS E EVOLUÇÃO

O comércio ilícito de drogas faz-se presente desde a década de 1960 na região amazônica. Contudo, de acordo com Aponte-Motta (2012), apenas entre as décadas de 1970 e 1990 diversos fatores interligados influenciaram a intensificação das atividades comerciais na fronteira entre o Brasil e a Colômbia. A desvalorização das moedas brasileira e peruana, juntamente com a estabilidade relativa da moeda colombiana, contribuíram para essa mudança. Além disso, os salários mais altos e o maior poder de compra em Letícia, bem como o auge do narcotráfico na região,

conhecido como período da *Bonanza*³, impulsionam o comércio no lado brasileiro da fronteira, atraindo muitos moradores de Letícia (Albuquerque; Paiva, 2015).

Essa dinâmica econômica entre os países constata não apenas a ligação entre os vizinhos, mas também a vulnerabilidade econômica de áreas fronteiriças onde o tráfico de drogas se torna uma opção econômica viável. A disparidade econômica entre os países, aliada a falta de oportunidades, impulsiona as populações a participarem das atividades ilegais, intensificando os desafios regionais.

As mudanças foram acompanhadas por novos fluxos comerciais e intervenções urbanas significativas, como a construção da Autopista Internacional que ligou os dois países em 1975. Também ocorreram redefinições importantes nas estruturas políticas das cidades: Tabatinga tornou-se um município independente em 1983, e Letícia foi nomeada capital do Estado colombiano do Amazonas em 1991. Essas transformações promoveram novas formas de interação e divisão entre Tabatinga e Letícia, dentre as interações pode-se citar o aumento nas atividades ilegais associadas ao tráfico de drogas, que trouxeram profundo impacto para as relações e a economia local (Albuquerque; Paiva, 2015).

Durante o século XVIII, as rotas eram utilizadas para o contrabando e, mais tarde, passaram a ser utilizadas para o comércio da borracha, madeira e peles. Entretanto, a partir da década de 1970, essas mesmas rotas passaram a ser usufruídas pelos narcotraficantes (Machado, 1999). Esse aproveitamento de infraestruturas histórico-geográficas existentes não só facilita o transporte de drogas pela região, mas também dificulta a fiscalização das autoridades, devido à complexidade da geografia amazônica.

Entre 1977 e 1986, houve uma escalada do narcotráfico e o tráfico de drogas tornou-se a principal atividade econômica da região, especialmente com o aumento do cultivo de coca na Amazônia Colombiana. Isso gerou empregos e renda para pequenos e médios traficantes e teve consequências indiretas. Durante o auge do tráfico de cocaína, entre 1977 e 1982, a circulação de dólares aumentou significativamente, elevando o custo de vida em Letícia. A demanda energética também cresceu, levando Letícia a comprar energia de Tabatinga. Além disso, como

³ Período de prosperidade na região de Letícia, na Colômbia, durante o auge do narcotráfico na década de 1980. O período foi caracterizado por significativo crescimento econômico impulsionado pelo comércio de drogas, principalmente cocaína, que possui alta demanda internacional.

citado anteriormente, a valorização das moedas colombiana e peruana em relação ao cruzeiro brasileiro fez com que os preços em Tabatinga se tornassem mais atrativos. Embora Tabatinga fosse apenas uma passagem na rota do tráfico, a cidade experimentou um crescimento econômico devido ao aumento da população que transitava entre as duas cidades e a mudança no eixo comercial, transformando-a no principal centro de comércio da região. Ainda neste período, Tabatinga desenvolveu um mercado financeiro associado ao tráfico de drogas, onde entre os participantes estavam trabalhadores de baixa renda. Pequenos investidores juntavam recursos para financiar carregamentos de drogas, sem ter contato direto com elas (Steiman, 2002).

Na década de 1980, apesar da queda dos preços de cocaína no mercado internacional, houve um aumento na exportação da droga:

Na Colômbia, o volume das exportações quase dobrou, passando de 67,5 toneladas em 1981, para 104,6 em 1985, enquanto no mesmo período o valor em bilhões de dólares de exportação de cocaína foi estimado respectivamente em 3,4 bilhões (1981) e 4,2 bilhões (1985). Entre 1986 e 1989, o volume de exportações aumentou de 121,3 toneladas para 147,5. Em 1992 havia 41.206 hectares plantados com coca na Colômbia, crescendo para 101.800 hectares em 1998. O aumento do trânsito de drogas nas duas cidades gêmeas entre 1977 e 1986 e o correlato dinamismo econômico pode explicar o salto na população urbana de Letícia entre 1973 e 1993, que praticamente triplicou no período, continuando a crescer na década de 1990 (Steiman, 2002, p. 68).

Tal acontecimento ressalta a capacidade de adaptação dos cartéis de drogas às mudanças no mercado global. Isso também evidencia como a região da Tríplice Fronteira não foi apenas um corredor de tráfico, mas também como um centro de logística e distribuição para o mercado internacional de drogas. As consequências dessa atividade, como o aumento da circulação de dólares e o impacto nos padrões de vida locais, demonstram os efeitos do narcotráfico na economia.

Na década de 1990, a Colômbia intensifica a repressão ao narcotráfico e isso resulta no desmantelamento de um dos mais importantes cartéis colombianos, o Cartel de Letícia, e como consequência a cidade não consegue manter o padrão de crescimento da sua economia. Os traficantes que atuavam no cartel tiveram muitos dos seus bens detidos e a maioria dos participantes da quadrilha foram presos ou conseguiram fugir. Com a significativa redução do comércio ilegal de cocaína, Letícia enfrenta uma profunda crise financeira (Balieiro; Nascimento, 2015). A dependência de atividades ilícitas torna as economias que tem como base o narcotráfico

altamente sensíveis as ações de repressão estatal, tendo como consequência graves crises econômicas pois as principais fontes de receita ilegal são eliminadas.

Machado (2002), identifica dois momentos principais que relacionam-se ao surgimento da cocaína na Bacia Amazônica:

Desde o surgimento do complexo coca-cocaína na bacia amazônica na década de 1970, podem ser identificados dois modos diferentes de organização territorial. O primeiro modo, que predominou até o início da década de 1990, classificava o Peru e a Bolívia como os maiores produtores de folha de coca e pasta de coca, e a Colômbia como principal produtora e exportadora de cocaína. Em resposta a mudanças tanto no cenário interno quanto externo, essa "divisão de trabalho" passou por alguns ajustes e deu origem a um segundo modo de organização territorial. Nos anos 1990, a Colômbia também se tornou um grande produtor de folha de coca e pasta de coca. Por outro lado, Peru e Bolívia experimentaram uma diminuição na produção de folha de coca e uma tendência para a produção de cocaína. Em outras palavras, parece haver uma tendência para um modo de organização verticalmente integrado dentro dos limites de cada país. (Machado, 2002, p.158, tradução nossa).⁴

O autor demonstra a evolução e como foi se organizando a produção de cocaína na região. Nota-se como em 1970 os países dividiam as funções da produção entre si, enquanto na década de 1990 eles passaram a especializarem-se e tornarem-se capazes de produzir de maneira autossuficiente, sem depender um dos outros. Assim, eles já possuíam maior controle e eficiência na cadeia produtiva da cocaína.

Na década de 1990, nota-se o aparecimento de novos mercados consumidores de cocaína, como a Europa e a África. Até então, os mercados consumidores faziam-se presentes nos Estados Unidos. Isso fez com que a região da tríplice fronteira amazônica se tornasse uma importante rota de entrada de drogas no Brasil, que antes eram transportadas para esses mercados emergentes através de aeroportos brasileiros ou pelo Atlântico Sul. Diante dessa conjuntura, a rota do rio Solimões ganhou destaque como um caminho crucial para o transporte e exportação de drogas até a cidade de Manaus (UNODC, 2019). A partir disso, e

⁴ Texto original: "Since the emergence of the coca-cocaine complex in the Amazon basin in the 1970s, two different modes of territorial organisation can roughly be identified. The first mode, which predominated till the beginning of the 1990s, ranked Peru and Bolivia as the largest producers of coca leaf and coca paste, and Colombia as major producer and exporter of cocaine. In response to changes in both the internal and external arena, this "division of labour" has undergone some adjustments and given rise to a second mode of territorial organisation. In the 1990s, Colombia also became a major producer of coca leaf and coca paste. On the other hand, Peru and Bolivia experienced a decrease in coca leaf production and a trend towards cocaine production. In other words, there seems to be a tendency towards a vertically integrated mode of organisation within the limits of each country" (Machado, 2002, p.158).

junto a fatores como “as dimensões continentais, a extensa faixa de fronteira oeste com os principais produtores da folha de coca e sua face leste voltada para o Atlântico” (Moura, 2020, p. 15), o Brasil tornou-se um ponto estratégico de extrema importância para o mercado mundial de drogas.

Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando uma mudança significativa no perfil do tráfico de cocaína. Antes, o país era predominantemente uma rota de trânsito, já agora vêm se destacando como um importante mercado consumidor (UNODC, 2019). A extensa região da Tríplice Fronteira Amazônica, onde Brasil, Colômbia e Peru se encontram, desempenha um papel crucial nesse cenário devido a sua posição estratégica.

A cocaína atua como um motor econômico para o Trapézio Amazônico, onde Colômbia e Peru destacam-se como os maiores produtores. É importante destacar novamente que a rota do rio Solimões se destaca como uma das principais vias de escoamento. De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2019), a área cultivada de coca na Colômbia e no Peru totaliza cerca de 220.900 hectares. Esse número representou um aumento de quase 80% entre 2010 e 2017, apesar das ações buscando reprimir o tráfico de drogas.

2.4 O NARCOTRÁFICO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Como já citado anteriormente, os espaços da Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru são significativamente utilizados para a atuação de grupos narcotraficantes. Diversas facções disputam as principais rotas do narcotráfico na Amazônia. No Amazonas, em 2007, foi criada a FDN, conhecida como a terceira maior facção criminosa do Brasil nesta época e que estava envolvida nas grandes disputas, a facção ficava atrás apenas do CV e do PCC.

Todavia, em 2016, o PCC e o CV rompem relações e inicia-se uma guerra entre as duas facções. Com isso, o CV passou a buscar novas rotas e firmar novas alianças. Em 2018, há o rompimento da cooperação entre CV e FDN, levando, também, a uma guerra pelas periferias de Manaus e que espalhou-se para diversos locais do Amazonas, e isso levou ao fim da FDN e cooperou para o surgimento de outras facções, como: Cartel do Norte (CDN), Revolucionários do Amazonas (RDA)

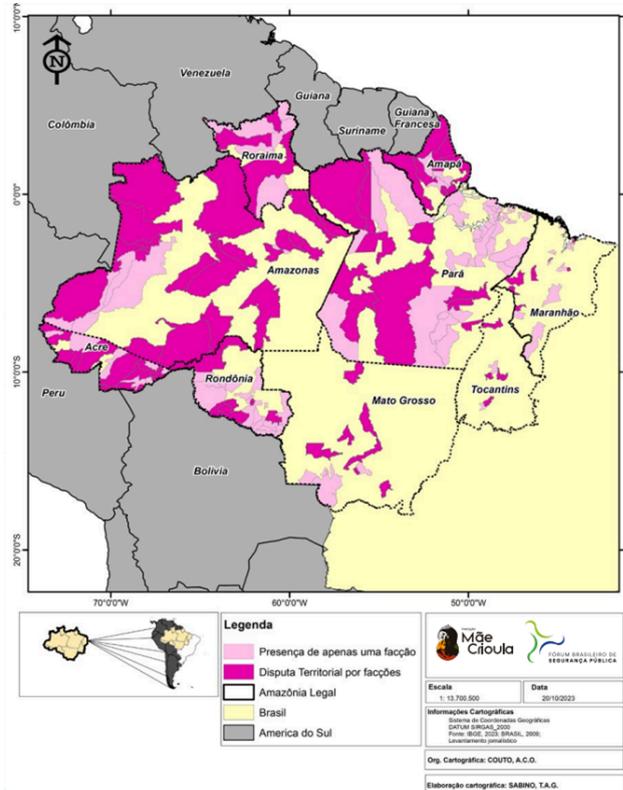
e na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia manifestam-se “Os Crias” (Couto, 2023).

Soma-se a este quadro a vinda do PCC para a Amazônia, com o intuito de ampliar o controle de novas rotas para escoamento da produção de cocaína do Peru, Colômbia e Bolívia através da região amazônica, fato que desencadeou no acirramento dos conflitos e no aumento na taxa média de homicídios da região, que antes apresentava um perfil de mais tranquilidade (Couto, 2023, p. 61).

Esse cenário de violência intensa e crescente, e de reconfiguração das dinâmicas criminais na Tríplice Fronteira, deixa em evidência uma crise de segurança regional, onde o controle territorial por facções rivais e o constante aumento do tráfico de drogas na região desafiam as capacidade das autoridades locais e internacionais, gerando instabilidade e insegurança para as comunidades locais.

No mapa abaixo é possível visualizar os municípios dominados por uma facção e os que estão sob disputa entre facções.

Mapa 2 - Municípios controlados e sob disputa das facções na Amazônia Legal



Fonte: Instituto Mãe Crioula - IMC (2023).

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Mãe Crioula (2023)

Analisando o mapa, é evidente que as facções criminosas fazem-se presentes em todos os municípios amazônicos. Observa-se que as disputas pelas rotas estão acentuadas, principalmente, nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, com várias regiões enfrentando conflitos de controle entre diferentes grupos criminosos. O mapa revela uma clara correlação entre as rotas do tráfico de drogas e os conflitos de facções, evidenciando a complexidade da situação de segurança pública e regional.

Além disso, o mapa destaca a região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru como uma área de extrema importância estratégica para o narcotráfico e a atuação de facções criminosas. Na amazônia brasileira, especialmente nos estados do Amazonas e Acre, há uma forte presença e disputa territorial entre facções, conforme indicado pelas áreas em rosa escuro. Isso sugere que essa região é um ponto crítico para o escoamento da produção de cocaína oriunda da Colômbia e do Peru, devido a sua localização geográfica e as rotas fluviais que facilitam o tráfico de drogas. É evidente que as intensas disputas pelas rotas da região comprometem não só a segurança pública e local, como também afetam a segurança regional, pois a violência e o crime transnacional ultrapassam as fronteiras nacionais.

Devido a esses fatores, a Amazônia vem se sobressaindo como uma das regiões com maiores índices de violência. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o percentual de mortes violentas intencionais (MVI) apresentou um crescimento significativo na última década, passando de 15,6% em 2012, para 33,8% do total nacional em 2022. Outro dado que chama a atenção é que das 30 cidades que registraram o índice de MVI mais alto, treze estão localizadas na Amazônia. Além disso, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2024), a maior taxa de homicídios registrada na região Norte foi no estado do Amazonas. Tabatinga, cidade brasileira que compõe a tríplice fronteira com Colômbia e Peru, ocupou a quarta posição entre os municípios que colaboram para esse elevado índice.

De acordo com Felipe e Cardoso (2019), em Tabatinga (Brasil) o Estado elabora políticas de segurança voltadas ao combate ao narcotráfico, juntando setores, como o Exército, a Polícia Federal e as Forças de segurança do estado do Amazonas, visando reduzir a entrada de drogas na região. Na cidade de Letícia (Colômbia) a fiscalização em relação a isso é significativamente baixa, já que não há

nenhum ponto de supervisão. Em Santa Rosa (Peru), existe somente um posto policial para supervisionar as embarcações que buscam sair da cidade.

Em suma, a Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru surge como uma rota estratégica do narcotráfico na Amazônia, com graves implicações para a segurança regional. As complexas disputas territoriais entre facções como o PCC, CV e os novos grupos surgidos com o colapso da FDN, acirram os conflitos e agravam a violência. A convergência de rotas de tráfico de drogas na região, a insuficiência de fiscalização e a fragilidade das políticas de segurança pública intensificam a instabilidade. A alta taxa de MVI e a presença significativa de cidades amazônicas entre as mais violentas do país destacam a urgência de medidas que precisam ser tomadas entre os países fronteiriços.

3 AS POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU: GOVERNOS LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)

De acordo com Procópio e Vaz (1997), existem três motivos que aumentam as preocupações em torno das questões relacionadas ao narcotráfico:

Primeiramente, a relevância política e econômica que o tema assumiu no cenário internacional e regional. As drogas, afetando todos os países e projetando-se no território brasileiro, levam importantes parceiros, particularmente os Estados Unidos e a União Européia, a desenvolverem políticas em relação às quais tanto o governo como diferentes segmentos da sociedade brasileira se viram instados a posicionar-se. Em segundo lugar, o narcotráfico associou-se e pôde nutrir-se das mudanças e dos problemas que acometem a sociedade brasileira, como por exemplo, o enfraquecimento do Estado, o aumento do desemprego, do subemprego com correspondente incremento e diversificação da economia informal em todo o país. Vale dizer, a deterioração da condição econômica e social de parte da população, a marginalização crescente de segmentos sociais no processo de desenvolvimento, o intenso crescimento dos centros urbanos, tudo isso se atrela às drogas e aos elevados índices de criminalidade. Por último, a incorporação de camadas populares ao mundo do consumo de drogas anteriormente reservado principalmente a pessoas das classes média e alta (Procópio; Vaz, 1997, p.75).

Em concordância com esses desafios, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Jair Bolsonaro (2019-2022) adotaram abordagens distintas em suas políticas de combate ao narcotráfico. Enquanto o governo Lula apostou em uma política externa com foco no fortalecimento da cooperação regional, principalmente através de iniciativas junto aos países andinos, o governo Bolsonaro priorizou uma abordagem mais direcionada ao combate direto ao crime, com ênfase em parcerias militares e no controle das fronteiras.

O presente capítulo examina as principais ações e estratégias implementadas por ambos os governos para enfrentar o narcotráfico na região amazônica, considerando tanto os resultados alcançados quanto às limitações dessas políticas.

Para o desenvolvimento deste capítulo, serão utilizados conceitos que relacionam-se com a pesquisa. Desse modo, o embasamento teórico deste capítulo apresentará conceitos como: política pública, política nacional de segurança pública, política nacional de defesa e política externa como política pública.

Ozlak e O'Donnell (1995), definem políticas públicas como ações do Estado que expressam a maneira como ele atua em relação a problemas sociais que exigem o empenho de diversos setores da sociedade civil. Para além desse sentido,

Dye (1984) amplia essa definição, descrevendo políticas públicas como tudo que o governo opta por fazer ou não fazer. O ciclo da política pública pode ser dividido em cinco etapas:

De maneira mais contemporânea e a partir de referências mais recentes sobre o tema se optou, aqui, pela descrição de cinco fases: 1) percepção e definição de problemas; 2) 12 formação da agenda decisória; 3) formulação de programas e projetos; 4) implementação das políticas delineadas; e 5) monitoramento e avaliação das ações planejadas (Machado, 2023, p.12).

O tráfico de drogas é uma questão que vem causando preocupações e impactando diretamente a formulação de políticas públicas devido ao aumento dos usuários e à relação existente entre o tráfico de drogas e a violência urbana. No Brasil, foi lançado o Planad, para o período de 2022 e 2027, buscando um equilíbrio entre a diminuição da demanda (prevenção, tratamento aos usuários, entre outros) e a diminuição da oferta (combate ao narcotráfico). O plano determina que as forças de segurança devem intensificar o combate ao narcotráfico, enquanto outros órgãos focam no acolhimento de dependentes químicos, demonstrando o equilíbrio proposto no projeto (Brasil, 2022).

Nesse contexto, a PNaSP se destaca como um grupo de princípios, normas e objetivos que irão adequar a estratégia de segurança pública que deve ser concretizada pelas três esferas de governo de maneira integrada e organizada, propondo-se a preservar a vida, a ordem pública e o meio ambiente, combater o crime organizado e a violência nos seus mais diversos aspectos (Brasil, 2018). A PNaSP inclui ações específicas voltadas para a prevenção, controle e repressão aos crimes transfronteiriços, bem como o compartilhamento de informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas (Brasil, 2018)

Paralelamente, a Política Nacional de Defesa (2015) define Defesa como um conjunto de medidas e ações estatais, com ênfase na expressão militar, para defender o território, a soberania e os interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Logo, a partir de uma análise do que pode ou não ser uma ameaça para o Estado, a PND busca unir as ameaças e elaborar iniciativas para o enfrentamento destas (Brasil, 2015). Nesse contexto, o narcotráfico se tornou uma ameaça significativa, sendo incorporado como parte das iniciativas da PND para enfrentamento e combate. Assim, tanto a PNaSP quanto a PND refletem a atenção do Estado brasileiro ao crime organizado,

reconhecendo-o como uma das principais preocupações de segurança pública e de defesa do país.

Por fim, Milani e Pinheiro (2013), definem política externa como política pública argumentando que ela deve ser analisada da mesma forma que outras políticas públicas, ou seja, como um processo que envolve formulação, implementação e avaliação e que é influenciado por atores e demandas internas. Eles propõem que a política externa não deve ser vista apenas como uma ação estatal no âmbito internacional, mas como uma área sujeita a pressões e interesses domésticos, estando vinculada a contextos sociais, políticos e econômicos específicos.

A política externa, ao ser analisada como política pública, inclui a participação de diversos atores domésticos (governo, partidos políticos, sociedade civil, setor privado e mídia) que influenciam sua direção e legitimidade. A ideia é que a política externa não é apenas uma ferramenta de projeção de poder, mas também uma forma de atender a demandas internas e de ser responsável, transparente e sujeita a controle social (Milani; Pinheiro, 2013).

3.1 SEGURANÇA E DEFESA DO BRASIL NO GOVERNO LULA (2003-2010): PRIORIDADES E POLÍTICAS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), destacou-se por priorizar uma política externa direcionada ao multilateralismo, visando posicionar o Brasil de forma mais relevante no cenário internacional. Lula deu prioridade à construção de alianças com os países do Sul Global, mantendo os diálogos no eixo Norte-Sul, e ampliou a participação brasileira em fóruns multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC) e o G20. Assim, a integração sul-americana era vista como uma prioridade em aspectos políticos, econômicos, militares, de energia e de infraestrutura (Gonçalves; Magalhães, 2016).

No primeiro mandato de Lula (2003-2006), a política de segurança adota uma abordagem reativa e cautelosa, articulada em três pontos principais:

- i) o posicionamento sobre a nova arquitetura de segurança nas Américas; ii) a tentativa de estabilizar conflitos em alguns países vizinhos, especialmente a Venezuela; iii) a recusa de adotar a abordagem de guerra ao terror em território sul-americano, enfatizando a necessidade de não securitizar problemas regionais que, na verdade, têm suas raízes derivadas das desigualdades sociais, da pobreza ou da violência doméstica (Viana; Villa,

2010, p. 93, tradução nossa).⁵

Nota-se, primeiramente, que o Brasil mostra-se atento às mudanças geopolíticas na nova arquitetura de segurança no continente, mas mantém cautela em relação à integração ou adoção automática de novos paradigmas de segurança regional. Em segundo lugar, observa-se a busca por soluções pacíficas e de estabilidade regional, reafirmando o papel do Brasil como mediador de conflitos na América do Sul, prevenindo desestabilizações que possam trazer impacto negativo à segurança e à ordem regional. Por fim, há uma clara oposição à política de guerra ao terror adotada pelos Estados Unidos, já que o governo Lula evita uma escalada de militarização e repressão, optando por um enfoque mais social e diplomático, voltado para as causas estruturais dos problemas regionais.

A abordagem principal para questões de segurança foi baseada em acordos bilaterais, como as ações conjuntas de combate ao narcotráfico entre o Brasil e os países andinos, entre eles está o Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Proteção e Vigilância da Amazônia, firmado entre Brasil e Peru em 2003; o Acordo de Cooperação Mútua entre Brasil e Bolívia, firmado em 2005; e a Operação COLBRA, realizada por Colômbia e Brasil, em 2005 (Dias, 2015).

No segundo mandato de Lula (2007-2010), observa-se uma tendência de "mundialização" da agenda de segurança na política externa e, além disso, destacam-se as novas características da política de segurança brasileira no que diz respeito à América do Sul. Nesse sentido, destaca-se a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008:

Também pode ser argumentado que a influência dos Estados Unidos em alguns países da América do Sul – notadamente Colômbia e Peru – favoreceu um tratamento mais militarizado em relação a alguns dos problemas enfrentados por esses países. O exemplo mais evidente pode ser encontrado nas políticas antidrogas lideradas pelos Estados Unidos nos países andinos. De fato, o Plano Colômbia – considerado o ponto alto da política externa americana para combater a produção de drogas – apresentou uma solução inequívoca para o problema: a militar. A securitização do problema das drogas foi gradualmente aprofundada e culminou com a criação de batalhões especializados em garantir o sucesso das operações de fumigação na Colômbia. Até mesmo o envolvimento dos EUA com o conflito armado colombiano foi lido através das lentes

⁵ Texto original: *"The security reactive agenda was outlined around three points: i) the position on the new architecture for security in the Americas; ii) the attempt to stabilize conflicts in some of the neighboring countries, especially Venezuela; iii) the denial to engage the war on terror approach in South American territory, stressing the need not to securitize regional problems that in fact had its roots derived from the social inequalities, poverty or domestic violence"* (Viana; Villa, 2010, p.93).

narcotizadas e securitizadas que caracterizaram a política externa americana para a região. Nesse contexto, o governo Lula representa um divisor de águas no que diz respeito à promoção de uma abordagem baseada em pilares diferentes do tripé bilateral-reativo-militarizado prevalecente no período anterior. Uma iniciativa emblemática nesse sentido é a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008 (Viana; Villa, 2010, p. 99, tradução nossa).⁶

A fundação da UNASUL em 2008, durante o governo Lula, simbolizou uma mudança importante na forma de lidar com questões de segurança e cooperação regional na América do Sul. Diferentemente da influência dos Estados Unidos, que priorizava ações militares para enfrentar problemas como o narcotráfico, especialmente na Colômbia e no Peru, a política externa de Lula buscou uma abordagem distinta. Assim, observa-se que a criação da UNASUL teve o intuito de reduzir a dependência de soluções militarizadas e securitizadas, promovendo maior cooperação entre os países sul-americanos com foco no desenvolvimento social e na integração política.

Além de envolver-se no combate ao narcotráfico em nível regional, o Brasil também deu continuidade às cooperações bilaterais. No que diz respeito à tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, destaca-se a operação COBRA e a operação COLBRA III, realizada em 2009 entre Brasil e Colômbia (Gonçalves; Magalhães, 2016).

Dessa maneira, a política externa brasileira do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) priorizou as cooperações bilaterais, principalmente com os países andinos, para lidar com questões que envolviam segurança regional e combate ao narcotráfico. Entretanto, no segundo mandato (2007-2010) o governo Lula adotou uma postura mais ampla e integradora, houve a busca por soluções colaborativas para as questões regionais, promovendo a integração entre os países sul-americanos em áreas de infraestrutura, política e segurança, ao invés de

⁶ Texto original: *“It can also be argued that United States influence in some of South American countries – notably Colombia and Peru – favored a more militarized treatment towards some of the problems faced by these countries. The most evident example can be found in anti-drug policies led by the United States in Andean countries. Indeed, Plan Colombia – considered to be the highlight of American foreign policy to fight drug production – has presented an unequivocal solution to the problem: the military one. The securitization of the drug problem was gradually deepened and culminated with the creation of battalions specialized on assuring the success of fumigation operations in Colombia. Even US involvement with the Colombian armed conflict was read through the narcotized and securitized lenses that characterized American foreign policy towards the region. In this context, Lula’s administration represents a watershed regarding the promotion of an approach based on pillars different from the bilateral-reactive militarized tripod prevailing in the previous period. An emblematic initiative in this sense is the creation of Union of South American Nations (Unasur, in Spanish), in 2008”* (Viana; Villa, 2010, p.99).

depender das alianças bilaterais e da influência externa, especialmente norte-americana. É evidente, também, que houve um nítido esforço para que o Brasil se mostrasse como uma liderança regional, sendo contrário à forte influência dos Estados Unidos na região. Assim, o foco para a integração regional estava no desenvolvimento social e nas causas estruturais dos conflitos, adotando uma abordagem mais diplomática.

A Política de Defesa Nacional (PND, 2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (END, 2008), documentos desenvolvidos durante o governo Lula, expressam as preocupações com a integração, desenvolvimento de fronteiras e refletem a Amazônia como um dos grandes focos de interesse da defesa (Barbedo, 2023).

Os projetos Projeto Calha Norte (PCN) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), inaugurados durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, foram ampliados durante a gestão Lula. O PCN foi revitalizado e aumentou, de maneira significativa, a sua cobertura, e seus investimentos foram redirecionados ao setor civil/social invés do militar. Em contrapartida, o SIVAM foi totalmente implementado durante o governo Lula, quando ficou claro seu uso para finalidades civis e militares. Nessa fase, destacou-se a transparência nos dados coletados, a eficácia no monitoramento e o fortalecimento da cooperação entre órgãos governamentais por meio de inteligência integrada (Barbedo, 2023).

Além desses instrumentos, o governo Lula da Silva lançou o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Este projeto representou um avanço significativo na segurança das fronteiras terrestres do Brasil, fortalecendo a capacidade de controle e vigilância em áreas estratégicas (Fuccille, 2015).

Para uma melhor compreensão acerca do governo Lula e suas estratégias no combate ao narcotráfico, serão agora observadas outras políticas adotadas durante o período.

3.1.1 Memorandos de Entendimento

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Proteção e Vigilância da Amazônia foi firmado entre Brasil e Peru, na cidade de Lima, em 2003, durante o primeiro mandato do governo Lula. Este acordo tinha como principal objetivo proteger a Amazônia e, principalmente, as suas fronteiras das atividades ilícitas praticadas, entre outros, pelos narcotraficantes (Brasil, 2006).

Além disso, o acordo também enfatizava o objetivo de preservar e valorizar as riquezas naturais dos respectivos territórios amazônicos, promovendo o desenvolvimento sustentável da região e o uso consciente dos recursos em prol das comunidades locais. A cooperação entre os países buscava estabelecer diretrizes comuns para a proteção ambiental, integrando políticas que pudessem combater práticas predatórias e fortalecer a gestão responsável das áreas preservadas. Com isso, o acordo propunha um modelo de desenvolvimento que visa o bem-estar social e econômico das populações assentadas na Amazônia, conciliando progresso e conservação em um território de grande importância ambiental e estratégica (Brasil, 2006).

Por fim, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Proteção e Vigilância da Amazônia representou o início do processo de integração do Peru ao Sistema de Proteção/Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM), reforçando o objetivo de proteger, vigiar e desenvolver a Amazônia peruana e brasileira. Esse esforço também buscava fortalecer a integração em áreas de interesse comum, como segurança, monitoramento ambiental e cooperação tecnológica. Assim, o acordo abriu caminho para um intercâmbio de conhecimentos e recursos entre os dois países, promovendo um compromisso contínuo de proteção e manejo sustentável da região amazônica. Com essa parceria, Brasil e Peru buscavam intensificar suas capacidades de resposta frente a ameaças ambientais e ilícitos, além de fomentar o desenvolvimento socioeconômico e a preservação cultural das comunidades locais que dependem dos recursos amazônicos para sua subsistência (Brasil, 2006).

O Memorando de Entendimento Tripartite entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, o Ministério da Defesa Nacional da República da Colômbia e o Ministério da Defesa da República do Peru, para Coibir as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços Comuns foi um acordo internacional estabelecido entre Brasil, Colômbia e Peru. Este memorando reforça a cooperação e a coordenação entre esses países na repressão a atividades ilícitas, especialmente relacionadas ao narcotráfico, contrabando e outros crimes transnacionais, nas áreas de rios fronteiriços compartilhados na Amazônia (Brasil, 2004).

O principal objetivo do acordo é coibir atividades ilegais, como o tráfico de drogas e o contrabando, que frequentemente utilizam os rios como rotas de transporte. O memorando busca aumentar a segurança nos rios da tríplice fronteira,

uma área conhecida pela circulação de atividades ilícitas. O acordo estabelece que os três países devem coordenar operações, realizar patrulhamentos conjuntos e trocar informações de inteligência sobre movimentos suspeitos nas áreas de fronteira fluvial (Brasil, 2004).

O memorando inclui diretrizes para a realização de patrulhas conjuntas, possibilitando uma presença coordenada das forças de segurança dos três países. A troca de informações em tempo real é incentivada para melhorar a eficácia das operações. Há uma ênfase na adoção de tecnologias para monitoramento e vigilância das áreas de rios fronteiriços, assim como o treinamento conjunto de agentes para operar em condições amazônicas e realizar operações fluviais. (Brasil, 2004).

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial foi firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em 2005, durante o primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O acordo previa a promoção da cooperação e auxílio entre as forças policiais brasileiras e colombianas, visando combater o crime organizado transnacional e outras práticas delituosas, como:

a) tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; b) desvio de precursores químicos utilizados na produção ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; c) tráfico ilícito de armas, munições, produtos explosivos e substâncias perigosas e controladas; d) tráfico de pessoas; e) exploração sexual infantil; f) tráfico ilícito de espécies da flora e da fauna e outros delitos ambientais; g) lavagem de ativos; h) falsificação de dinheiro e de outros documentos públicos; i) tráfico ilegal de bens culturais e delitos contra a propriedade intelectual; j) contrabando e descaminho; k) exploração ilegal de recursos naturais; e l) crimes cibernéticos (Brasil, 2005, p. 1).

O Memorando previa que a cooperação entre as forças policiais seria realizada através da criação de canais oficiais para possibilitar a comunicação entre as polícias; da troca de informações de inteligência; do compartilhamento de dados de inteligência e informações de pesquisa sobre indivíduos ou grupos envolvidos nos crimes citados anteriormente; da manutenção, atualização e intercâmbio de dados; e de operações contra as organizações envolvidas nesses crimes (Brasil, 2005).

Ademais, o acordo previa cooperação no âmbito de segurança cidadã e assuntos conexos, de capacitação, de atividades complementares, de mecanismos de seguimento e avaliação, de confidencialidade da informação e de despesas

(Brasil, 2005).

3.1.2 Operação COBRA e Operação COLBRA

Em 2005, foi realizada a operação COBRA I, que procede de um acordo assinado por FHC em 2000. Nesta operação, foram envolvidos o Exército brasileiro, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Polícia Federal (Dias, 2015).

Para interditar o narcotráfico, foi criada a operação COLBRA (Colômbia + Brasil), em 2005 e em 2007. A operação era semelhante a COBRA I porém foi realizada pelas Forças Aéreas do Brasil e da Colômbia. A Operação COLBRA envolve treinamentos que simulam a interceptação de aeronaves suspeitas de envolvimento em atividades ilegais ao cruzarem as fronteiras entre os países participantes. Vale destacar que ambos os países possuem regulamentações que autorizam o abate de aeronaves suspeitas de serem usadas no tráfico de drogas (Brasil, 2009).

Em junho de 2009, as Forças Aéreas do Brasil e da Colômbia firmaram as Normas Binacionais de Defesa Aeroespacial, que serviram como base para a Operação COLBRA III, realizada em julho do mesmo ano. Esse exercício teve como objetivos a coordenação operacional entre as duas Forças Aéreas, a prática de comunicação contínua, o fortalecimento das relações bilaterais, a troca de experiências e a criação de procedimentos comuns para a vigilância e o controle do espaço aéreo na região de fronteira (Brasil, 2009).

3.1.3 União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas

A criação da UNASUL ocorreu em 2008, com o intuito de consolidar a autonomia regional da América do Sul e minimizar a influência militar e política dos Estados Unidos, principalmente após a implementação do Plano Colômbia. O Brasil liderou essa iniciativa, buscando um fórum de cooperação e diálogo que incluísse os doze países sul-americanos. A UNASUL permitiu que as nações discutissem e mediassem problemas regionais com mais independência, priorizando soluções internas para segurança, estabilidade e desenvolvimento econômico na região (Gonçalves; Magalhães, 2017).

Como uma resposta à questão das drogas na América do Sul, foi criado no

âmbito da UNASUL, em 2009, o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas. A criação desse conselho teve como objetivo apresentar estratégias, planos e métodos de coordenação e cooperação entre os países para enfrentar a problemática mundial das drogas e, conseqüentemente, fortalecer a cooperação regional por meio da colaboração entre as agências especializadas de cada país (Gonçalves; Magalhães, 2017).

3.1.4 Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (FEFRON)

Historicamente, as iniciativas do Governo Federal não incluíam medidas voltadas para a integração da segurança pública nas áreas de fronteira. Considerando essa premissa, o marco inicial em segurança foi o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que lançou o Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (FEFRON), em 2009 (Oliveira; Cardoso, 2019).

Criado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, o projeto tinha como objetivo apoiar o Governo Federal na criação de forças policiais especializadas em conter crimes nas regiões de fronteiras do Brasil. O FREFON também impulsionou a capacitação dos policiais com cursos promovidos pela Força Nacional e realizou investimentos tecnológicos relacionados a suporte aéreo e fluvial, além de alternativa que possibilitasse a melhoria na comunicação entre as forças de segurança (Oliveira; Cardoso, 2019);

Esta iniciativa fortaleceu a cooperação entre diferentes unidades policiais (polícias civil, militar e peritos) e constituiu um avanço significativo e de extrema importância na questão da segurança nas regiões de fronteira, possibilitando a elaboração do Plano Estratégico de Fronteiras (Oliveira; Cardoso, 2019).

3.2 SEGURANÇA E DEFESA DO BRASIL NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022): PRIORIDADES E POLÍTICAS

Durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro prometeu promover mudanças amplas nas políticas públicas, o que, naturalmente, envolveria uma reorientação significativa na política externa em relação aos governos anteriores. Dessa maneira, desde o começo do governo Bolsonaro, a política externa brasileira (PEB) passou a ser orientada por premissas com uma carga ideológica significativa, que

manifestaram-se nos posicionamentos internacionais do país.

No governo Bolsonaro, as mudanças na PEB foram alimentadas por uma narrativa de extrema direita e foi aceita em razão da polarização político ideológica, especialmente, com o Partido dos Trabalhadores (PT). Esta conduta envolve a difamação e oposição radical aos movimentos dos partidos de esquerda e a rejeição das políticas progressistas sociais e econômicas.

Além disso, a política externa passou a incorporar um forte elemento religioso e moral, que no plano doméstico se manifestou na exaltação de valores conservadores, promovidos amplamente através das redes sociais. Desse modo, Bolsonaro usou a PEB como um espaço para declarações políticas, com o objetivo de consolidar o apoio da parcela mais radical da sua base eleitoral. Assim, percebe-se no contexto regional um movimento de desmonte de iniciativas, projetos e compromissos, que já havia sido iniciado no governo Temer, associados ao progressismo latino-americano (Hirst; Maciel, 2022).

No setor de segurança e defesa, no âmbito regional, a perspectiva de cooperação sul-americana na esfera da defesa foi completamente abandonada, esvaziando o envolvimento do Brasil no Conselho de Defesa da UNASUL e tornando-o praticamente inativo. Em contrapartida, busca-se um alinhamento com as perspectivas norte-americanas sobre segurança na América Latina, permitindo uma maior presença de militares norte-americanos na região. Nisso, percebe-se um movimento de crescente militarização da região amazônica (Hirst; Maciel, 2022).

De acordo com a PND e a END (2020), havia uma evidente preocupação com as rivalidades e alianças entre organizações criminosas que atuam nas fronteiras do norte do Brasil, como o CV, o PCC e o Exército de Libertação Nacional. Na PND e na END, a ênfase nas potenciais tensões na região foi utilizada como justificativa para a solicitação de novos recursos orçamentários para o setor de defesa.

De fato, desde a inauguração do governo Bolsonaro os investimentos federais na área de defesa cresceram 33%, alcançando R\$ 16,5 bilhões em 2019, correspondendo a cerca de 29% de todo o orçamento de investimentos federais no período. Tal patamar de gastos ganha maior expressividade quando se tem em mente a diminuição significativa, no mesmo período, do total investido pelo governo em carteiras sociais. Soma-se o fato de que a gestão Bolsonaro ampliou a contratação das Forças Armadas como executora de grandes obras, tais como a ampliação de rodovias federais e a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste. É perceptível o nexos entre o empreendedorismo demonstrado pelas carteiras militares para a condução de projetos nas áreas de infraestrutura e comunicações em todo o território nacional e o apoio econômico prestado

aos programas de cunho estratégicos, como os nuclear, satelital, espacial e cibernético (Hirst; Maciel, 2022, p. 18).

Como já citado anteriormente, a fronteira amazônica é uma área de difícil fiscalização, o que facilita a atuação de grupos criminosos envolvidos no narcotráfico. No governo Bolsonaro, a visão de que a Amazônia está sujeita a ingerência internacional reforçou a ideia de que o país deve priorizar a soberania e evitar intervenções externas, inclusive em termos de segurança e de cooperação com outros Estados. Nesse contexto, qualquer oferta de ajuda externa, seja para a preservação ambiental ou para o combate ao crime transnacional, poderia ser vista como uma ameaça, dado o temor de que essas ações encubram interesses estrangeiros sobre os recursos naturais e o controle da região (Barbedo, 2023).

Assim, o narcotráfico e as atividades de grupos armados que operam na fronteira amazônica podem ser percebidos como elementos que potencializam essa vulnerabilidade à intervenção. A cooperação internacional, que em outros governos visava fortalecer a segurança nas fronteiras e combater o narcotráfico, foi limitada pelo governo Bolsonaro, que preferiu uma postura mais rígida e soberana, evitando acordos que pudessem sugerir interferência externa na região. Essa abordagem, ao focar na defesa da soberania, acabou criando uma resistência à colaboração com países vizinhos ou organizações internacionais que poderiam ajudar a reduzir o narcotráfico na tríplice fronteira.

Bolsonaro utiliza a narrativa da defesa da Amazônia para fazer agitação política já que, na realidade, os mecanismos práticos para a resolução de conflitos, inclusive entre Estados da região, e para o enfrentamento aos crimes transnacionais, estão sendo desmontados. E no que se refere à tal “cobiça internacional”, é preciso afirmar que o fundamental os países hegemônicos já têm: controle sobre os recursos naturais da região pela atuação de grandes grupos transnacionais (Penido; Mathias; Barbosa, 2022, p. 114).

A partir dessa perspectiva, pode-se entender que na prática, o governo realizou cortes significativos em instituições e mecanismos que poderiam proteger a Amazônia de maneira concreta. Esses cortes afetaram especialmente órgãos fiscalizadores, como o IBAMA, e a cooperação com países vizinhos para conter crimes transnacionais, como o narcotráfico, que se beneficiam da vulnerabilidade da região fronteiriça.

Além disso, o argumento de “cobiça internacional” ignora que muitos dos recursos amazônicos já são explorados e controlados por empresas transnacionais,

muitas das quais têm sede em países considerados hegemônicos. Esse controle é possível devido ao peso econômico dessas empresas e a sua capacidade de influenciar a exploração e o comércio de recursos naturais como minérios e madeiras. O governo, ao reduzir a fiscalização e enfraquecer políticas ambientais, facilitou a atuação desses grupos, tornando a região ainda mais suscetível a atividades ilegais e à exploração predatória, enquanto a narrativa política de defesa da Amazônia buscava gerar uma imagem de proteção e soberania, sem medidas práticas de apoio à segurança e sustentabilidade no local.

A política, assim, alimentava a ideia de proteção nacionalista sem tratar dos conflitos complexos e interesses econômicos já instalados na região, com impactos negativos para as populações locais.

Destaca-se, também, a estratégia adotada pelo governo de estimular atividades econômicas na Amazônia, mas de uma forma "informal" e voltada para setores comumente associados a ilegalidades, como desmatamento, mineração clandestina e tráfico de drogas. Esse estímulo informal sugere uma postura governamental que incentiva esses mercados, não por meio de regulações e legalizações, mas sim pela ausência de fiscalização e pela falta de políticas formais para regular esses setores (Candotti; Melo, 2024). Em vez de tentar integrar a economia amazônica de forma legal e sustentável, essa política parece facilitar um ambiente onde atividades ilegais prosperam, promovendo valor econômico sem medidas de controle.

3.2.1 Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA - Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade e Autonomia) e Operação Hórus

O Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA), foi lançado em 2019 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. O programa tem como objetivos prevenir, vigiar, fiscalizar e controlar os crimes transnacionais, contando com a atuação integrada de órgãos de segurança pública, de defesa nacional, de controle aduaneiro, de defesa agropecuária, de fiscalização, entre outras instituições (Brasil, 2020).

Em pouco menos de 1 ano o VIGIA tinha alcançado os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia e Roraima. Em abril de 2020, o programa tinha proporcionado um prejuízo de mais de R\$ 750

milhões às organizações criminosas (Brasil, 2020).

De maneira mais específica, foi lançada a Operação Hórus, em maio de 2019, como um projeto piloto do VIGIA. Esta é uma ação de combate ao tráfico de drogas e crimes transfronteiriços, principalmente nas regiões de fronteira do país. A operação tem como objetivo fortalecer as ações de segurança pública, prevenção e repressão a crimes como o tráfico de drogas, contrabando e smuggling. A ação envolve a colaboração entre diferentes forças de segurança, incluindo a Polícia Federal, a Receita Federal e as Forças Armadas. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019), em três meses a ação evitou um lucro de mais de R\$ 2 bilhões a organizações criminosas (Brasil, 2019).

Em junho de 2020 foram instalados equipamentos de radiocomunicação em sete cidades do Amazonas, entre elas está Tabatinga, cidade da tríplice fronteira. O sistema permitia melhor dinâmica e agilidade para os profissionais que atuam na Operação Hórus, impedindo a entrada de armas, munições e drogas no país (Brasil, 2020).

3.2.2 Operações

A Operação Alcyon foi uma ação da Polícia Federal deflagrada no dia 20 de maio de 2019, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa envolvida no tráfico internacional de drogas e na lavagem de dinheiro, especialmente na região do Amazonas. A operação tinha como objetivo desarticular uma rede criminosa que atuava no tráfico de drogas, proveniente da Colômbia. A organização comprava substâncias diretamente de fornecedores colombianos e as transportava para o Brasil (Brasil, 2019).

Entre os crimes investigados pela Operação Alcyon, estão organização criminosa e tráfico internacional de drogas. A apreensão ocorreu em diversas cidades, incluindo Tabatinga, no Amazonas (Brasil, 2019).

Em julho de 2020 foi deflagrada a Operação Schelde, que tinha como objetivo desarticular uma organização criminosa que estava envolvida com o tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro e uso de documentos falsificados. Os mandados de busca e prisão ocorreram nas cidades de Manaus e Tabatinga (AM) (Brasil, 2020).

Neste contexto, a Polícia Federal (PF) havia identificado uma organização

criminosa que utiliza empresas de fachada para ocultar o tráfico de drogas entre produtos aparentemente legais destinados à exportação. Essas operações se estendem desde países produtores, passando pelo Amazonas e outros estados brasileiros, até chegarem à Europa (Brasil, 2020).

Por fim, a Operação Ágata, uma iniciativa do Ministério da Defesa lançada em 2011 como parte do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), é uma operação coordenada pelas Forças Armadas, em parceria com órgãos federais, estaduais e até municipais, para combater crimes transfronteiriços e ambientais na extensa faixa de fronteira brasileira. A operação envolve a PF, o SIPAM, a ABIN e o apoio de forças policiais locais, além de contar com a colaboração de países vizinhos para as operações em áreas limítrofes (Barbalho; Ferreira; Melo; Silva; Leite, 2015).

Desde a sua criação, a Operação Ágata abordou problemas como o narcotráfico, o extrativismo ilegal, a biopirataria e o contrabando de fauna e flora. Sua primeira edição, a Ágata 1, incluiu o uso pioneiro de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) pela Força Aérea Brasileira, ampliando o alcance e a precisão das missões de vigilância. Ao longo de seis edições, a operação demonstrou grande efetividade, com centenas de toneladas de drogas apreendidas e milhares de prisões, desmantelando diversas redes criminosas (Barbalho; Ferreira; Melo; Silva; Leite, 2015).

Nos anos recentes, a Operação Ágata foi integrada ao Programa VIGIA, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para otimizar a segurança nas fronteiras do Brasil. Essa integração fortalece o combate ao tráfico de drogas, contrabando de armas, crimes ambientais e atividades ilegais em fronteiras, ampliando as capacidades de monitoramento e intervenção rápida em áreas críticas (Barbalho; Ferreira; Melo; Silva; Leite, 2015).

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As políticas de segurança e defesa do Brasil durante o governo Lula (2003-2010) refletem uma mudança na abordagem do país no que concerne a questões regionais, principalmente no combate ao narcotráfico e a promoção da integração sul-americana. No primeiro mandato, o Brasil adotou uma postura reativa e cautelosa, priorizando a diplomacia e a mediação de conflitos, em contraste com a militarização promovida por políticas externas de outras nações, como os Estados

Unidos. A criação de acordos bilaterais, como o Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Proteção e Vigilância da Amazônia, evidencia o compromisso do governo em enfrentar as ameaças às suas fronteiras, ao mesmo tempo em que se buscava promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Durante o segundo mandato de Lula, a política externa brasileira se expandiu, culminando na criação da UNASUL, em 2008. Esta iniciativa simbolizou um passo decisivo na construção de uma agenda de segurança colaborativa, que priorizava soluções regionais para os desafios comuns enfrentados pelos países sul-americanos, em oposição à abordagem militarizada do passado. O Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas, estabelecido sob a UNASUL, destacou a intenção de articular estratégias coletivas de combate ao narcotráfico, reforçando a importância da cooperação entre os países da região.

Ademais, iniciativas como o FEFRON e as operações COBRA e COLBRA podem ser entendidas como um avanço na estratégia de segurança nacional, ao integrar esforços de diversas forças policiais e militares, com um enfoque em práticas de vigilância e combate a atividades ilícitas nas áreas de fronteira.

As políticas de segurança e defesa do Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) marcaram uma mudança substancial em relação aos períodos anteriores, refletindo uma orientação ideológica de direita que moldou a política externa brasileira de maneira significativa. Desde o início de seu mandato, Bolsonaro implementou uma reorientação da Política Externa Brasileira (PEB), marcada por uma narrativa que rejeitava as iniciativas progressistas e promovia uma visão conservadora, alinhando-se mais estreitamente aos interesses norte-americanos, algo que o governo Lula havia tentado afastar.

Essa nova abordagem resultou no abandono da cooperação sul-americana em matéria de defesa, que havia sido um elemento importante da PEB anterior. O envolvimento do Brasil no Conselho de Defesa da UNASUL foi severamente reduzido, e as interações com outros países da região foram limitadas. Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro buscou uma maior militarização da Amazônia, enfatizando a soberania nacional e a necessidade de evitar a ingerência externa, principalmente no que diz respeito ao combate ao narcotráfico e à proteção ambiental.

As políticas de defesa e segurança, conforme delineadas na PND e na END, concentraram-se nas rivalidades entre organizações criminosas atuantes nas

fronteiras do Brasil, como o CV e o PCC. Este enfoque justificou um aumento significativo nos investimentos federais na área de defesa, que cresceu 33% durante o governo, enquanto os investimentos em políticas sociais foram reduzidos, criando uma dicotomia preocupante nas prioridades do governo.

Embora iniciativas como o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA) e a Operação Hórus tenham sido lançadas com a intenção de combater o narcotráfico e outros crimes transfronteiriços, a abordagem rígida e soberana do governo dificultou a colaboração com países vizinhos e organizações internacionais.

Outrossim, ficou evidente que não houve a formalização de novos acordos ou cooperações significativas entre o Brasil e os países vizinhos Colômbia e Peru, especialmente no que se refere ao combate ao narcotráfico e à segurança na tríplice fronteira. Essa situação representou uma ruptura em relação a períodos anteriores, onde iniciativas de cooperação internacional eram vistas como fundamentais para enfrentar as complexas dinâmicas de criminalidade transnacional que afetam a região amazônica. Em um contexto mais amplo da política externa, a falta de cooperação com Colômbia e Peru pode ser vista pela ótica da adoção de um discurso alinhado aos norte-americanos e uma crítica aberta a governos de esquerda na América Latina.

Desse modo, a inércia nas relações bilaterais com Colômbia e Peru durante o governo Bolsonaro não só limitou as oportunidades de colaboração mútua no combate ao narcotráfico, mas também contribuiu para um cenário de maior vulnerabilidade nas fronteiras, onde a falta de uma abordagem coordenada para enfrentar o crime organizado e o tráfico de drogas se mostrou prejudicial para a segurança regional.

4 ANÁLISE COMPARATIVA: GOVERNO LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)

Como abordado anteriormente, a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru é uma região de significativa vulnerabilidade em razão da densa vegetação amazônica e da baixa presença do Estado, tornando-se um local preocupante para atividades ilegais, principalmente o tráfico de drogas. Por sua proximidade com as principais áreas de cultivo de cocaína na Colômbia e no Peru, o Brasil se vê impactado pela pressão de conter o avanço das rotas de tráfico e proteger a segurança pública.

O governo Lula implementou políticas focadas no fortalecimento de instituições e cooperações internacionais para combater o narcotráfico. Entre 2003 e 2010, com a colaboração de países vizinhos e apoio de programas como o Plano Colômbia, buscou-se ampliar o controle das fronteiras e reforçar as ações da Polícia Federal e das Forças Armadas. Lula priorizou o diálogo regional, apoiando-se em uma abordagem diplomática e de integração, como a iniciativa de cooperação entre os países da UNASUL.

Em contrapartida, o governo Bolsonaro trouxe uma abordagem voltada para o fortalecimento militar, com foco na repressão ao narcotráfico e no aumento da presença das Forças Armadas na região amazônica. Durante o período, o governo optou por não firmar novos acordos específicos para o narcotráfico com Colômbia e Peru, mas manteve operações, como a Operação Ágata, que pretendia aumentar a segurança nas fronteiras. A abordagem adotada durante o governo Bolsonaro também foi influenciada por uma política externa menos alinhada à integração regional, priorizando a segurança nacional e o combate direto aos crimes transnacionais.

O presente capítulo analisará as diferentes estratégias e políticas adotadas pelos dois governos, buscando entender como cada abordagem influenciou o controle do narcotráfico na tríplice fronteira e os impactos para a segurança regional.

Para a compreensão desta pesquisa, serão explorados conceitos essenciais que se relacionam diretamente com esta etapa do estudo. Nesse sentido, o referencial teórico abordará temas como segurança e segurança regional.

Barry Buzan define segurança como sobrevivência, ressaltando que só se pode discutir essa questão quando há uma ameaça real a algum objeto, que não necessariamente precisa ser o Estado, embora tradicionalmente seja (Buzan, 1998).

Além disso, Buzan (1991) define região, no âmbito da segurança, como um subsistema diverso e importante de relações de segurança entre vários Estados, cujo destino está ligado à proximidade geográfica. Nesse contexto, Buzan (1991) destaca as relações amistosas ou de inimizade entre os Estados. Uma relação amistosa abrange expectativas de apoio e proteção, enquanto em uma relação de inimizade predomina o medo e a falta de confiança. Assim, a segurança regional não se limita à segurança individual dos Estados, mas considera as suas relações e interações dentro de uma região, incluindo fatores como alianças, conflitos, cooperação e equilíbrio de poder.

4.1 POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

A tabela a seguir, apresenta um panorama comparativo entre os dois governos em relação ao combate ao narcotráfico na tríplice fronteira:

Tabela 2: Comparação das Políticas de Segurança Regional na Tríplice Fronteira durante os Governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022)

| Aspecto | Governo Lula (2003-2010) | Governo Bolsonaro (2019-2022) |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Contexto geral | <ul style="list-style-type: none"> • Forte orientação à cooperação sul-americana e alinhamento com projetos de integração regional, como a UNASUL. • Ênfase em políticas que conciliam segurança e desenvolvimento socioeconômico nas áreas fronteiriças. • Reconhecimento da importância de um esforço conjunto para combater o tráfico em áreas de difícil controle. | <ul style="list-style-type: none"> • Prioridade ao discurso de soberania nacional. • Menor ênfase na integração regional e reforço de uma narrativa soberanista, principalmente em relação à Amazônia. • Visão militarizada da segurança na tríplice fronteira, com maior presença das Forças Armadas. |

| | | |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Operações Conjuntas</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Envolvimento do Brasil em operações, em colaboração com órgãos nacionais e países vizinhos. ● Participação da Polícia Federal e apoio de forças locais para controle de fronteiras. ● Iniciativas de combate a atividades ilegais, como narcotráfico, aliadas à proteção ambiental. | <ul style="list-style-type: none"> ● Expansão da Operação Ágata, integrando-a ao Programa VIGIA, em 2019, com foco ampliado para a vigilância de fronteiras e combate ao tráfico de drogas e armas. ● Implementação da Operação Hórus como ação específica contra crimes transfronteiriços, com destaque na fronteira amazônica. ● Crescente militarização nas operações de segurança e no monitoramento da região fronteira. |
| <p>Cooperação Internacional</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Cooperação estreita com vizinhos, principalmente Colômbia e Peru, para controle do narcotráfico e segurança nas fronteiras. ● Esforço em acordos bilaterais e multilaterais visando fortalecer as políticas de segurança e impedir o avanço do tráfico. ● Participação ativa em iniciativas regionais, priorizando a integração e combate conjunto ao tráfico. | <ul style="list-style-type: none"> ● Redução da cooperação formal e bilateral, privilegiando uma postura mais independente nas questões de segurança. ● Declínio na negociação de novos acordos sobre narcotráfico com países fronteiriços, com ênfase na soberania e na resistência a interferências externas. ● Adoção de uma abordagem autossuficiente em segurança, com restrição à |

| | | |
|--|--|-------------------------------------------------------------|
| | | colaboração formal, exceto em casos de acordos já vigentes. |
|--|--|-------------------------------------------------------------|

Fonte: elaborado pela autora

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil viveu um momento de expansão da política externa, com um forte direcionamento para o fortalecimento das relações diplomáticas na América Latina. Havia um interesse claro em promover a integração regional por meio de organizações multilaterais, como o MERCOSUL e a UNASUL, além do desenvolvimento de iniciativas conjuntas que pudessem fortalecer a segurança regional. O combate ao narcotráfico, nesse contexto, era tratado como uma responsabilidade compartilhada entre os países da região. As operações na tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) se concentravam em intensificar a cooperação, com acordos e programas bilaterais e multilaterais de combate ao crime organizado.

No âmbito do combate ao narcotráfico, o governo Lula adotou uma postura mais colaborativa e aberta ao diálogo, buscando equilibrar as necessidades de segurança interna com as responsabilidades internacionais. As políticas se baseavam em um reconhecimento das particularidades locais e no incentivo à criação de estratégias comuns para reduzir o tráfico e fortalecer a segurança nas fronteiras. O governo Lula também se beneficiou de um contexto econômico mais estável, o que permitiu alocar recursos para o fortalecimento das forças de segurança e para a implementação de políticas sociais que, ao mesmo tempo, atuavam na prevenção ao tráfico ao reduzir vulnerabilidades sociais.

Já o governo Bolsonaro adotou uma abordagem de segurança e defesa mais voltada para o conceito de soberania nacional e de proteção das fronteiras, focando menos na integração regional e na cooperação internacional. As políticas de Bolsonaro enfatizaram a necessidade de proteger a Amazônia e as fronteiras brasileiras de ameaças externas, alimentadas por um discurso de possível "cobiça internacional" sobre os recursos naturais da região. O governo buscava fortalecer as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública, defendendo a militarização como forma de conter as atividades ilegais, como o narcotráfico.

Embora Bolsonaro tenha lançado o Programa VIGIA e reforçado algumas operações de segurança, como a Operação Hórus, a cooperação com os países

vizinhos foi menos desenvolvida. As relações com Colômbia e Peru se mantiveram distantes em termos de novos acordos significativos para o combate ao tráfico. A preocupação do governo Bolsonaro com a preservação da soberania nacional sobre a Amazônia e as fronteiras influenciou diretamente a resistência em aceitar assistência externa ou ampliar colaborações com outros países.

No âmbito das operações conjuntas, o governo Lula realizou várias, principalmente com Colômbia e Peru, que eram consideradas fundamentais na abordagem de combate ao narcotráfico. O Brasil participou de várias ações e programas multilaterais, reforçando a necessidade de colaboração para enfrentar desafios comuns nas fronteiras. Durante esse período, a Operação Ágata começou a ganhar forma e se consolidar, incluindo participação de diferentes órgãos de segurança e apoio das Forças Armadas. A operação envolvia não só o combate ao narcotráfico, mas também ações de combate a crimes ambientais e outros tipos de contrabando na região amazônica.

Lula enfatizou a importância de colaboração entre as forças de segurança da América Latina, permitindo um intercâmbio de informações e recursos entre os países da tríplice fronteira. Essas ações promoviam um ambiente de confiança mútua, em que cada país contribuiu para a segurança regional ao compartilhar suas práticas e estratégias. A gestão Lula entendia que, dada a complexidade do narcotráfico e do crime organizado, o Brasil precisaria tanto de cooperação quanto de recursos internos para enfrentar o problema de forma abrangente.

Em contraste, o governo Bolsonaro optou por uma abordagem mais independente, enfatizando a importância da autonomia e da segurança nacional. A Operação Ágata, integrada ao Programa VIGIA, foi reforçada em termos de recursos e monitoramento da fronteira. No entanto, o foco nas operações estava mais voltado para o combate direto ao tráfico, sem a mesma ênfase na cooperação internacional que caracterizava o governo Lula.

A Operação Hórus, por exemplo, foi lançada como parte do VIGIA para concentrar esforços no combate ao tráfico e ao contrabando nas fronteiras. Essa operação contava com o apoio de diferentes órgãos de segurança brasileiros, mas sem grande envolvimento de países vizinhos, refletindo a política de Bolsonaro de atuar de forma independente e autossuficiente. Embora as operações sob o VIGIA tenham trazido alguns resultados significativos em termos de apreensão e combate ao tráfico, a falta de uma rede de cooperação internacional pode ter limitado o

alcance das ações ao longo da tríplice fronteira.

A política de cooperação internacional no governo Lula se refletia na participação ativa do Brasil em fóruns multilaterais e na criação de projetos de cooperação para enfrentar o narcotráfico. A UNASUL foi uma plataforma essencial para o desenvolvimento de políticas conjuntas, onde o Brasil assumiu um papel de liderança em assuntos de segurança. Os Memorandos de Entendimento firmados durante esse período facilitaram a troca de informações de inteligência e o treinamento conjunto das forças de segurança, além de trazerem apoio financeiro para fortalecer o combate ao tráfico nas fronteiras.

Lula buscava consolidar parcerias que fortalecessem a imagem do Brasil como um ator regional confiável e preocupado com a segurança dos países vizinhos. Essa cooperação era parte da estratégia diplomática de Lula para posicionar o Brasil como um líder sul-americano, promovendo políticas que beneficiavam a segurança e o desenvolvimento regional. O engajamento do Brasil em iniciativas como a cooperação com a Colômbia e o Peru foi importante para fortalecer os laços diplomáticos e reforçar as capacidades de combate ao narcotráfico de forma coordenada e sustentável.

No governo Bolsonaro, a política de cooperação internacional para o combate ao narcotráfico foi mais restritiva. Apesar da continuidade de alguns acordos vigentes, como o Programa VIGIA, a nova orientação da política externa brasileira era mais rígida em relação a parcerias que pudessem sugerir interferência estrangeira. Bolsonaro defendia uma postura de autossuficiência e resistência a intervenções, sustentando que a soberania brasileira, especialmente na Amazônia, deveria ser preservada de influências externas.

Como consequência, a cooperação direta com países vizinhos, como Colômbia e Peru, foi reduzida, sendo mantidas apenas parcerias pré-existentes sem novos compromissos significativos. Esse afastamento também resultou em uma menor troca de informações e uma menor colaboração em operações conjuntas, o que pode ter afetado a efetividade de algumas ações de combate ao narcotráfico, dadas as características transnacionais do crime organizado na tríplice fronteira.

4.2 SEGURANÇA REGIONAL

O narcotráfico na Amazônia e, principalmente, na tríplice fronteira Brasil,

Colômbia e Peru, representa um dos maiores desafios à segurança regional no contexto sul-americano. Essa região é marcada pela vulnerabilidade às atividades do crime organizado, particularmente pelo tráfico de drogas, que encontra nos rios e rotas amazônicas vias naturais para o escoamento de substâncias ilícitas produzidas na Colômbia e no Peru. Com isso, estados como o Amazonas registraram um crescimento alarmante nas taxas de homicídios e violência letal nos últimos anos.

Em 2003, a taxa de homicídios no Amazonas era de 18,41 por 100 mil habitantes, subindo para 31,06 em 2010. Durante o governo Bolsonaro, a situação se agravou, com as taxas subindo para 38,41 em 2019 e alcançando 42,55 em 2022 (IPEA; FBSP, 2022). Esse aumento nas taxas de homicídio está associado à intensificação das disputas pelo controle de rotas de tráfico e de atividades criminosas, como o tráfico de armas e a exploração ilegal de recursos naturais.

A capital Manaus, com infraestrutura que inclui um porto para navios de longo curso e um aeroporto com voos internacionais, tornou-se um ponto estratégico no tráfico de drogas, o que contribuiu para o aumento da violência na região (FBSP, 2023).

Como ilustrado no Mapa 1 do Capítulo 2, Tabatinga segue como um território em disputa, o que intensifica os desafios para a contenção da violência e a promoção da segurança na região. Organizações criminosas, como o CV, a FDN e o PCC, disputam o controle territorial em Manaus e na tríplice fronteira, resultando em conflitos que elevam significativamente as taxas de homicídios e outros crimes violentos.

A zona da Tríplice Fronteira, durante muito tempo foi considerada a região mais tensa da fronteira entre Brasil- Colômbia- Peru, pois é o principal corredor dos fluxos da droga que entram na Amazônia. É possível identificar fluxos aeroviários que saem do Peru em direção a Manaus, assim como pelos rios com destaque para o Solimões. As rotas passam pela região do Vale do Javari até o rio Solimões, e deste segue até o rio Amazonas para abastecer os mercados locais e chegar até a cidade de Manaus, atendendo às demandas do mercado local e estabelecendo outras conexões (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Considerando a taxa de homicídios como um indicador-chave de violência e segurança na região, a tabela a seguir apresenta a evolução desse indicador na cidade de Tabatinga durante os governos Lula e Bolsonaro:

Tabela 3: Taxas de homicídios durante os governos Lula e Bolsonaro

| Ano | Governo Lula (Taxa por 100 mil habitantes) | Governo Bolsonaro (Taxa por 100 mil habitantes) |
|------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| 2003 | 7,14 | |
| 2005 | 7,05 | |
| 2010 | 13,28 | |
| 2019 | | 24,25 |
| 2020 | | 168,20 |
| 2021 | | 5,95 |
| 2022 | | 1,50 |

Fonte: IPEA; FBSP, 2024

Durante o governo Lula, as taxas de homicídios em Tabatinga cresceram de forma gradual, sugerindo que, embora houvesse esforços nas políticas de segurança pública, eles podem não ter sido suficientes para deter o avanço do crime organizado. Já no governo Bolsonaro, as taxas de homicídios apresentaram uma oscilação extrema, passando de 24,25 em 2019 para 168,20 em 2020, seguidas por uma queda significativa nos anos seguintes. Esse padrão de oscilação sugere uma intensificação nas disputas territoriais entre facções em 2020, acompanhada de uma reorganização de controle, que pode ter resultado na queda temporária dos homicídios.

A redução nas taxas de homicídios em 2021 e 2022, embora aparente, levanta questionamentos sobre sua sustentabilidade. Essa queda pode refletir uma reorganização do controle criminoso, onde uma facção, ou mais, estabeleceram domínio, reduzindo confrontos e, por consequência, a taxa de homicídios. No entanto, a ausência de uma estratégia integrada e de longo prazo, que contemple o desenvolvimento social e econômico das regiões afetadas, limita os resultados dessas operações de segurança.

Além do narcotráfico, a exploração intensiva de recursos naturais na Amazônia tem submetido grupos socialmente vulneráveis, como indígenas e comunidades tradicionais, a pressões territoriais e conflitos. Durante o governo Bolsonaro, a priorização da exploração econômica, acompanhada do

enfraquecimento das instituições de fiscalização e monitoramento, agravou a vulnerabilidade dessas comunidades e reduziu a eficácia das políticas de combate a atividades ilegais e violência na região.

De acordo com o IPEA (2023, p.14):

Parte das dinâmicas conflituosas que impulsionaram as taxas de homicídio no Amazonas, nos últimos anos, se devem às incursões, no estado, de facções de base prisional oriundas do Sudeste (especialmente o PCC e o CV), a partir da segunda metade dos anos 2000; e às disputas entre estas e as facções locais (entre as quais se destaca a hoje enfraquecida Família do Norte). Este processo atingiu seu ápice nos anos de 2017 e 2019, quando o Amazonas sofreu as consequências do rompimento do armistício estabelecido em plano nacional entre PCC e CV. Entretanto, outros conflitos violentos respondem também pelos numerosos homicídios registrados no estado, como os que decorrem da exploração predatória e ilegal de recursos naturais – flora fauna e minérios – e da grilagem de terras, que dispara disputas fundiárias sangrentas. Há evidências de que estas diversas atividades criminosas se consorciam, muitas vezes, com o tráfico de drogas, como se viu no infame episódio do assassinato do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips, em junho 2022, no Vale do Javari (oeste do Amazonas).

Ainda de acordo com o IPEA (2023), em Tabatinga frequentemente ocorre o registro de homicídios que relacionam-se a “acerto de contas” entre diversos grupos criminosos, e entre estes a as forças policiais.

Em suma, a violência na tríplice fronteira reflete tanto as atividades ilegais crescentes quanto a insuficiência das instituições responsáveis por combatê-las. A expansão das facções e suas disputas pelo controle do tráfico representam desafios significativos para ambos os governos, demonstrando a necessidade de uma conduta mais estruturada para a segurança regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do problema de pesquisa desenvolvido, que cabe ressaltar, trata de analisar a maneira como as políticas adotadas pelos governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022) contribuíram para o enfrentamento ao narcotráfico na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, o presente trabalho foi pensado em três partes principais: primeiro, foi apresentada a questão do narcotráfico na tríplice fronteira amazônica em linhas gerais; em seguida, foi discutido acerca das políticas de combate ao narcotráfico adotadas durante ambos os governos; e, por fim, essa política foram avaliadas e relacionadas a segurança regional

O capítulo 2 foi elaborado sob a luz do conceito de ameaças transnacionais, que segundo Couto (2020), o processo de globalização tem acentuado ameaças transnacionais como o narcotráfico e o terrorismo. O narcotráfico, em especial, é descrito como um “inimigo invisível” que desafia a soberania dos Estados e estimula atividades ilícitas em nível local e global. Neste capítulo, pode-se observar que o narcotráfico aproveita-se da vasta geografia amazônica, explorando os desafios da fiscalização fronteiriça e a falta de presença estatal em regiões isoladas. Os grupos criminosos transnacionais aproveitam-se das condições locais para transportar e distribuir grandes quantidades de cocaína e outras substâncias ilícitas, mantendo atividades que atravessam fronteiras nacionais e dificultam a atuação isolada de cada país.

As características da Amazônia tornam a repressão ao narcotráfico algo desafiador. As densas florestas, a extensa rede hidrográfica e os “vazios demográficos” ao longo das fronteiras amazônicas facilitam o tráfico de drogas e a proliferação de facções criminosas que colaboram com cartéis de drogas internacionais, como o PCC e o Comando Vermelho. Além disso, as cidades da Tríplice Fronteira, como Tabatinga, Leticia e Santa Rosa, apresentam uma relação estreita e interdependente, marcada pela fragilidade da infraestrutura e pela insuficiência das forças de segurança locais. Tal cenário contribui para a integração informal entre as populações, que muitas vezes compartilham práticas e informações relacionadas ao tráfico.

A fragmentação e o conflito entre facções, como PCC, CV, e grupos surgidos após a dissolução da FDN, exacerbaram os conflitos violentos pela dominância das rotas de tráfico. Esse contexto intensificou os níveis de violência e aumentou a taxa

de homicídios, principalmente em áreas onde o controle estatal é frágil. falta de coordenação entre as políticas de segurança pública dos três países contribui para a vulnerabilidade da região. A fiscalização limitada em Letícia, por exemplo, e a escassez de recursos em Santa Rosa evidenciam como o narcotráfico aproveita a falta de supervisão fronteiriça para expandir suas operações.

Para o capítulo 3, foi utilizado como referencial teórico, conceitos como: política pública, política nacional de segurança pública, política nacional de defesa e política externa como política pública. Assim, política pública refere-se às ações que o Estado decide realizar ou omitir em resposta a problemas sociais, exigindo o envolvimento de vários setores da sociedade. Pode abranger diferentes abordagens e etapas, como definição de problemas, formulação de agenda, desenvolvimento de programas, implementação e avaliação. A política nacional de segurança pública define normas e objetivos para a segurança pública, com ações de prevenção e repressão a crimes, especialmente nas fronteiras, abordando a violência e o crime organizado de forma coordenada entre as esferas de governo. Já a política nacional de defesa, envolve ações militares e outras medidas para proteger a soberania contra ameaças externas. Nos últimos anos, o narcotráfico foi reconhecido como uma dessas ameaças, sendo incorporado ao escopo da defesa. Ademais, Milani e Pinheiro (2013), enfatizam que a política externa deve ser entendida como uma política pública, influenciada por fatores internos e sujeita a avaliação. Não é apenas uma ferramenta de poder, mas reflete interesses domésticos e demandas sociais.

Na análise deste capítulo pode-se concluir que, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), optou por utilizar uma abordagem mais diplomática e cooperativa, com o objetivo de fortalecer as relações regionais, promovendo a integração sul-americana e o desenvolvimento sustentável. A criação de acordos bilaterais e multilaterais, como o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas, ilustra o compromisso com soluções colaborativas para desafios transnacionais, como o narcotráfico, sem depender de interferências externas.

No entanto, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), houve uma nítida reorientação para uma política de defesa mais autônoma e alinhada com interesses norte-americanos, priorizando a soberania nacional sobre a cooperação regional. Essa abordagem restringiu as parcerias com países vizinhos, como Colômbia e Peru, limitando a capacidade de resposta coletiva aos desafios de segurança e narcotráfico nas fronteiras. A ausência de novos acordos com esses países durante

esse período reforçou um cenário de vulnerabilidade e fragmentação na abordagem de segurança da região, destacando a dicotomia entre uma postura mais integrada de cooperação e uma visão de segurança orientada pela militarização e soberania territorial.

Desse modo, fica evidente que, assim como nos mais diversos âmbitos, as políticas de combate ao narcotráfico e de segurança na Amazônia também são diretamente impactadas pela postura diplomática e ideológica dos governos. Em um contexto onde as ameaças transnacionais exigem uma cooperação regional, a ausência disto pode comprometer a eficácia das ações de segurança pública e fragilizar a estabilidade regional.

No capítulo 4, o embasamento teórico foi construído nos conceitos de segurança e segurança regional. Buzan (1991), define segurança como a proteção de um objeto contra ameaças. No contexto regional, segurança implica nas interações entre Estados próximos, envolvendo alianças e conflitos que moldam a estabilidade e o equilíbrio de poder na região.

Nele ficou evidente que o narcotráfico e o crime organizado têm contribuído de forma contundente para a instabilidade e violência na região amazônica. A análise dos dados de homicídios ao longo dos anos reflete o impacto desse conflito: Tabatinga, no Amazonas, apresentou taxas crescentes de homicídios durante os governos Lula e Bolsonaro, especialmente nos períodos de intensificação das disputas entre facções.

Durante o governo Lula, as taxas de homicídios em Tabatinga mostraram uma progressão gradual, sugerindo que, embora houvesse esforços de segurança, esses ainda eram insuficientes para enfrentar o aumento do crime transnacional. Já no governo Bolsonaro, essas taxas oscilaram drasticamente, com picos em 2020, sinalizando que os confrontos entre organizações criminosas se intensificaram. Essa oscilação nas taxas, seguida de uma queda, indica que o domínio de certas facções sobre o território pode ter reduzido temporariamente a violência. Entretanto, a falta de uma estratégia de segurança sustentável e integrada revela a necessidade de uma abordagem que não dependa unicamente de repressão militar, mas que inclua desenvolvimento social e econômico.

Além disso, a fragilidade das instituições de fiscalização e a priorização da exploração econômica, sem as devidas proteções ambientais e sociais, também contribuíram para a violência contra populações vulneráveis, como indígenas e

comunidades tradicionais, aumentando a pressão sobre seus territórios.

Dessa forma, confirma-se a hipótese de que os governos adotaram abordagens distintas para o enfrentamento ao narcotráfico. Como citado anteriormente, o governo Lula utilizou como estratégia a cooperação, abordagens socioeconômicas e a elaboração de políticas de segurança para a região. Enquanto o governo Bolsonaro utilizou como estratégia a militarização e repressão direta ao narcotráfico, intensificando a atuação das forças policiais e deixando de lado a cooperação com os países que compõem a tríplice fronteira.

Em conclusão, esta pesquisa é um passo importante para aprofundar a compreensão sobre a complexidade do narcotráfico e da segurança regional na tríplice fronteira amazônica. Ao explorar as políticas adotadas por diferentes governos, ela não apenas traz uma compreensão acerca dos desafios históricos e contemporâneos, mas também abre espaço para reflexões sobre alternativas mais eficazes. Que este trabalho inspire novas investigações, incentivando abordagens interdisciplinares e colaborativas, fundamentais para enfrentar ameaças transnacionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar; PAIVA, Luiz Fábio Silva. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Ambivalências**, São Cristóvão-SE, v. 3, n. 5, p. 115–148, 2015. DOI: 10.21665/2318-3888.v3n5p115-148. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/Ambivalencias/article/view/3927>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ANDRADE, Isabel de Oliveira; CAMARGO, Raphael Lima. **Segurança e defesa nacional nas Fronteiras brasileiras**. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa. (Orgs). *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*. Brasília. IPEA/Ministério da Integração Nacional, 2018 – Volume 1. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181112_fron teiras_do_brasil_volume1_cap04.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

ANDRADE, Laura de Nazaré Rocha; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Abordagens paradiplomáticas na tríplice fronteira amazônica: Brasil, Colômbia e Peru**. *revista tempo do mundo*, n. 27, p. 305-324, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13340>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BALIEIRO, L. F. V. D. **Narcotráfico na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia: características e formas de combate**. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2014.

BALIEIRO, Luiz Felipe de Vasconcelos Dias; NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. Tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as implicações com o narcotráfico. **Textos e Debates**. [S. l.], v. 2, n. 26, 2015. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v2i26.2789. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2789>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BARBALHO, Bruno Gonçalves de Souza; FERREIRA, Cássio Roberto Rodrigues (et. al). **Política de fronteira e Defesa Nacional**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/ensino_e_pesquisa/defesa_acad emia/cadn/artigos/xii/politica_de_frenteira.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

BARBEDO, Ludmila. **A Amazônia Legal como Bem Comum Global na Política Externa Brasileira: Uma Análise das Presidências de Lula da Silva E Jair Bolsonaro**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).

BRASIL. **Acordo de Cooperação Tripartite entre o Brasil, Colômbia e Peru para Coibir Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços Comuns. Concordia - Banco de Dados de Textos de Atos Internacionais do Itamaraty**, 2004. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11087?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=BL%2CML&TituloAcordo=peru&TpData1=1&page=4&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto Legislativo n.º 26, de 15 de fevereiro de 2006**. Aprova o texto do Memorando de Entendimento sobre Cooperação para a Proteção e Vigilância da

Amazônia, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Lima, em 5 de setembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 fev. 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2006/decretolegislativo-26-15-fevereiro-2006-541091-memorando-pl.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. **COLBRA - Cooperação entre Brasil e Colômbia**. 2009. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/tag/COLBRA>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação Policial**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11096>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial entre Brasil e Colômbia**. 2005. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11096>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Plano Nacional de Defesa**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-nacional-de-defesa-pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Operação Hórus completa três meses e evita lucro de mais de R\$ 2 bi a organizações criminosas**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/collective-nitf-content-1565111340.62>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Vigia: Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas completa um ano de atuação com resultados expressivos**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/vigia-programa-nacional-de-seguranca-nas-fronteiras-e-divisas-completa-um-ano-de-atuacao-com-resultados-expressivos-1>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Vigia começa a instalar equipamentos de radiocomunicação no Amazonas**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/programa-vigia-comeca-a-instalar-equipamentos-de-radiocomunicacao-no-amazonas>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Manual de avaliação e alienação de bens. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protacao/politicas-sobre-drogas/arquivo-manual-de-avaliacao-e-alienacao-de-bens/planad_set_2022.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Política Nacional de**

Segurança Pública - PNaSP. Fevereiro, 2018. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/politica-nacional-de-seguranca-publica/minuta_pna_sp.pdf>. Acesso em: 20 de abr. de 2024.

BRASIL. Polícia Federal. **Operação Alcyon: desarticulada organização criminosa voltada para o tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro no Amazonas.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2019/05/operacao-alcyon-combate-traffic-o-internacional-de-drogas-no-amazonas>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. Polícia Federal. **PF investiga organização criminosa dedicada ao tráfico internacional de drogas no Amazonas.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/07-noticias-de-julho-de-2020/pf-estiga-organizacao-criminosa-dedicada-ao-traffic-internacional-de-drogas-no-amazonas>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BUZAN, Barry. **People, states and fear.** An agenda for international security studies in the post-cold war era. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A new framework for analysis.** Lynne Rienner Publishers, 1998.

CANDOTTI, Fabio Magalhães; MELO, Flávia. **Muito além das facções: uma agenda de pesquisas sobre ilegalismos, violência e Estado na Amazônia.** 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024.** Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/81f69453-baf0-4e6a-9f61-f4f6950b1317>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CHAUMEIL, Jean-Pierre. Visão da fronteira: o caso do Trapézio amazônico. **Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia**, p. 355-377, 2010.

COUTO, Aiala Colares. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 44, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/25852>. Acesso em: 02 jun. 2024.

COUTO, Aiala Colares. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira. **GeoTextos**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2019. DOI: 10.9771/geo.v15i2.33820. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/33820>. Acesso em: 18 jun. 2024.

COUTO, Aiala Colares. Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia. **Revista GeoAmazônia**. Belém v.11, n.22 p. 46–67. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/13828>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela de Souza. A geografia do narcotráfico na Amazônia. **Geographia Opportuno Tempore**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 52–64, 2017. DOI: 10.5433/got.2017.v3.31774. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31774>. Acesso em: 12 jun. 2024.

COUTO, Aiala Colares Oliveira. **Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia**: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13591>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DANE. **Censo Nacional de Población e Vivienda**. 2019. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

DIAS, Michelle G. **Cooperações bilaterais do Brasil com Bolívia, Colômbia e Peru no combate ao tráfico de drogas ilícitas**. I Seminário Internacional de Ciência Política (SICP), 2015.

DYE, T.R. **Policy Analysis**: what governments do, why they do it, and what difference it makes. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1984.

FELIPE, Thays; CARDOSO, Anna Karollinne Lopes. As políticas de segurança brasileiras no combate ao narcotráfico na tríplice fronteira amazônica. **REI-Revista de Estudos Internacionais**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1581>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FERREIRA, Luís; CABRAL, André; FRANCHI, Tássio. A securitização na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru e o papel do exército brasileiro na região. **Revista de Ciências Militares**, 2017 V(1). pp. 377-401. Disponível em: <iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-da-violencia-na-amazonia-2a-edicao/. Acesso em: 29 out. 2024.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública / Instituto Mãe Crioula. **A interiorização das facções criminosas na Amazônia**. 2024. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-interiorizacao-das-faccoes-criminosas-na-amazonia/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FUCCILLE, Alexandre. Amazônia e Defesa Nacional: um olhar a partir da perspectiva brasileira. **PAIAGUÁS: revista de estudos sobre a Amazônia e Pacífico**, v. 2, n. 2, p. 131-149, 2015.

GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 2009. Ed. da UFRGS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro; DE MAGALHÃES, Rayane Mourão. A política externa de Lula e Uribe no combate ao narcotráfico: caminhos divergentes diante de um problema comum. **Boletim Historiar**, n. 19, 2017.

HAESBERT GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem Mundial**. São Paulo: UNESP, 2005.

HIRST, M.; MACIEL, T. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 3 nov. 2024.

IBGE. **Cidades I Tabatinga**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/tabatinga/panorama>. Acesso em: 10 jun. 2024.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência: séries históricas e dados**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em: 01 nov. 2024.

LACERDA, Luiz Felipe. A fronteira vivida e os processos de subjetividade. **BOOK, Ana Mercedes. Práticas e Saberes Psi: os novos desafios na formação do psicólogo**. ABRAPSO, 2015.

LACERDA, Luiz Felipe. **Diagnóstico socioambiental da tríplice fronteira amazônica Brasil-Colômbia-Peru** [recurso eletrônico]. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019. Disponível em: <http://www.casaleiria.com.br/acervo/olma/diagnostico/html>. Acesso em: 15 jun. de 2024.

MACHADO, Lia Osorio. **Drug Trafficking and Money Laundering in the Amazon Region**. Geoeconomic and Geopolitical Effects. Em: Ch.Geffray; G.Fabre; Michel Schiray. (Org.). Globalisation, Drugs and Criminalisation. CD-ROM ed. Unesco, 2002, p. 151-171.

MACHADO, Lia Osório. **Região, cidades e redes ilegais**. Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. São Paulo: Editora Unesp, 2003, v. 1, p. 695-707.

MACHADO, Lia Osorio. Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**, ano XIII, nº1: 109-138. Rio de Janeiro: IPPUR, 1999.

MACHADO, Murilo Henrique da Silva. **Revisando a Política Externa como Política Pública**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de

sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, v. 35, p. 11-41, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>>. Acesso em: 27 out. 2024.

MOTTA, Jorge Aponte; ZÁRATE, C. Comercio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga. **Espacios urbanos y sociedades transfronteirizas en la Amazonia**. Leticia: Universidade Nacional de Colombia, p. 205-235, 2012.3.

MOURA, Marcos Alexander Valle de. **Dinâmicas da securitização do tráfico de drogas no arco de instabilidade Andino-Amazônico: o caso da Tríplice Fronteira Norte (Brasil–Colômbia–Peru)**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.esq.br/handle/123456789/1245>. Acesso em: 14 jun. 2024.

NIÑO, Edgar. **Política externa para as fronteiras amazônicas: o caso da fronteira Brasil, Colômbia, Peru no governo Lula, Uribe e García (2002-2010)**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://encontronacional2013.abri.org.br/resources/download/1379522928_ARQUIVO_POLITICAEXTERNAPARAASFRONTEIRASAMAZONICAS.OcasodafronteiraBrasil.Colombia.PerunogovernoLula.UribeGarcia.pdf>. Acesso em: 21 de abr. de 2024.

OLIVEIRA, Thays Felipe David de; CARDOSO, Anna Karollinne Lopes. As políticas de segurança brasileiras no combate ao narcotráfico na tríplice fronteira amazônica. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 10 n. 2 (2019): v. 10 n. 2 (2019): Mai. - Ago. 2019. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1581>. Acesso em: 29 out. 2024.

OSZLAK, O.; O'DONNELL, G. **Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación**. REDES - Revista de Estudios Sociales de la Ciencia, v. 2, n. 4, 1995.

PAIVA, Luiz Fábio S. **As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia**. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MnH57mtDTqqwzgvB8LhXMnz/?...Os#>>. Acesso em 20 de abr. de 2024.

PENIDO, Ana; MATHIAS, Suzeley Kalil; BARBOSA, Lisa Sousa. A defesa da Amazônia e sua militarização. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, p. 103-128, 2022.

PRAZERES, Leandro. **CV e Família do Norte exploram nova rota de tráfico de maconha na Amazônia**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/26/cv-e-familia-do-norte-exploram-nova-rota-de-traffic-de-maconha-na-amazonia.htm>>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

PROCÓPIO FILHO Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.40, n. 1, 1997, p. 75-122.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Revista brasileira de política internacional**. Brasília, v. 42, n. 2, p. 99-116, dezembro. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/NKWcy3jTMdydYHs4TKKFVmv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Localização da Tríplice Fronteira entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru). **ResearchGate**. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-triplice-fronteira-entre-Tabatinga-Brasil-Leticia-Colombia_fig31_35868679. Acesso em: 14 jun. 2024.

SILVA, Rubem Renato Honorato da. **As dinâmicas de securitização do narcotráfico na região amazônica brasileira**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/282>. Acesso em: 14 jun. 2024.

STEIMAN, R. (2002) **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado em Ciências, apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

UNODC: United Nations Office on Drugs and Crime. **Relatório Mundial sobre Drogas 2023 do UNODC alerta para a convergência de crises e contínua expansão dos mercados de drogas ilícitas**. 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2023/06/relatrio-mundial-sobre-drogas-2023-do-unodc-alerta-para-a-convergncia-de-criSES-e-contnua-expanso-dos-mercadoS-de-drogas-ilcitas.html#:~:text=Novas%20estimativas%20do%20Relat%C3%B3rio%20Mundial,pessoas%20deslocadas%20por%20crises%20humanit%C3%A1rias>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

UNODC: United Nations Office on Drugs and Crime. **UNODC Annual Report: Covering Activities During 2016**. 2016. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/AnnualReport2016/2016_UNODC_Annual_Report.pdf Acesso em: 02 de abr. de 2024.

UNODC. **World Drug Report 2019**. New York: United Nations Publications, 2019. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/en/drug-demand-and-supply.html> Acesso em: 20 jun. 2024.

VIANA, Manuella; VILLA, Rafael. Questões de segurança no governo Lula: da perspectiva reativa para a afirmativa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 53 (edição especial), 2010, p.91-114.

ZÁRATE, Carlos G *et al.* **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia. Instituto Amazónico de investigaciones Imani. 2012.